

WOLNEI DA SILVA BRITO

**ESTÁGIO OU SERVIÇO TEMPORÁRIO:
UMA ANÁLISE DOS ESTÁGIOS NO MUNICÍPIO DE
FLORIANÓPOLIS**

**Florianópolis
2002**

WOLNEI DA SILVA BRITO

**ESTÁGIO OU SERVIÇO TEMPORÁRIO:
UMA ANÁLISE DOS ESTÁGIOS NO MUNICÍPIO DE
FLORIANÓPOLIS**

Monografia apresentada com finalidade de obtenção
de carga horária na Disciplina CNM 5420, do
Departamento de Ciências Econômicas da
Universidade Federal de Santa Catarina,

Orientador: Prof.º Dr. Nildo Domingos Ouriques

**Florianópolis
2002**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ESTÁGIO OU SERVIÇO TEMPORÁRIO: UMA ANÁLISE DOS ESTÁGIOS NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420 – Monografia

Por Wolnei da Silva Brito

Orientador: Prof. Dr. Nildo Domingos Ouriques

Área de pesquisa: Economia do Trabalho

Palavras Chaves: Estágio
Desemprego
Dependência

Florianópolis, Outubro de 2002

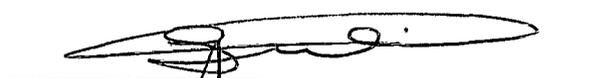
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 8,5 ao aluno Wolnei da Silva Brito na disciplina CNM 5420 -- Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca examinadora:


Prof. Dr. Nildo Domingos Ouriques
Presidente


Prof. CARMEN BELINSKI
Membro


Prof. JOÃO SERRANINI FUSI DA SILVEIRA
Membro

Reflexão

**“ As mais sensatas loucuras são as mais puras alegrias,
tudo o que fizermos hoje, deixaremos de
recordação para aqueles que sonham um dia
em ser como a gente, talvez loucos porém felizes”**

Para sempre

AGRADECIMENTOS

- Ao senhor meu Pai, por tudo que sempre fez e continua fazendo por mim e pela minha família, tenha a minha eterna gratidão.
- A senhora minha mãe, que sempre lutou pelos seus filhos e continua lutando. O meu muito obrigado e minha eterna gratidão.
- Às minhas filhas Maria Alice e Maria Eduarda, as crianças mais lindas e amadas do mundo.
- Aos meus irmãos Waldo e Valnice por cuidarem de mim quando criança, em especial a Valnice, pois muitas vezes ela foi a minha segunda mãe.
- A minha Tia Luci, a quem muito respeito e tenho um eterno carinho por tudo que fez e continua fazendo pela minha família.
- A Silmara por ter me dado duas filhas maravilhosas e me presenteado com outra tão linda e inteligente, Mariana.
- Aos meus sobrinhos Thiago, Thuane, Arthur, que este trabalho sirva de inspiração para que eles possam chegar ainda mais longe.
- A minha tia Idinha (*in memorian*), por ser para mim o símbolo da bondade e do bom caráter.
- Aos eternos Laura e João (*in memorian*), pela pronta ajuda a minha família e por fazerem o papel dos meus avós, que perdi ainda muito criança.
- Ao orientador deste trabalho, Prof. Dr. Nildo que soube como poucos ter a devida paciência com as minhas dificuldades.
- Ao Prof. Tusi e Sílvio que muito me incentivaram durante o curso. Em especial ao professor Tusi por quem tenho uma imensa gratidão.
- A funcionária Neusa que muito me apoiou nos momentos finais do curso.
- Aos amigos e colegas que cresceram e convivem comigo, agradeço pelo apoio e a solidariedade.
- Ao meu bom Deus por ter me dado a força necessária para a conclusão deste trabalho.

SUMÁRIO

1 O PROBLEMA	5
1.1 Introdução	5
1.2 Objetivos	7
1.2.1 Objetivo geral	7
1.2.2 Objetivos específicos	7
1.3 Metodologia	7
2 AS TRANSFORMAÇÕES NA ECONOMIA NACIONAL NA DÉCADA DE 90	9
2.1 As Transformações na Economia e seus Reflexos na Educação	17
3 A SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	26
3.1 Leis e Diretrizes que norteiam a Educação Brasileira	26
3.2 Avaliação dos Níveis de Ensino da Educação Brasileira	27
3.2.1 Educação Básica	27
3.2.2 Educação Fundamental	28
3.2.3 Ensino Médio	34
3.2.4 Educação Superior	40
4 ESTÁGIO OU SERVIÇO TEMPORÁRIO	48
4.1 Mudanças na Estrutura da Economia Brasileira	48
4.2 Estágio na Teoria.....	50
4.3 Estágio na Prática	52
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	69

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – 1980-2000 IGP-DI (FGV)	11
Quadro 2 – O aumento do coeficiente de penetração das importações: importações sobre produção (%)	16
Quadro 3 – Matrículas do ensino fundamental e distribuição da população no Brasil	30

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Desempenho do Comércio Exterior (Taxas geométricas de crescimento anual nos períodos indicados)	15
Tabela 2 – Taxas de escolarização bruta e líquida na faixa etária de 7 a 14 anos – Brasil e Regiões (1991 e 1996)	29
Tabela 3 – Ensino Médio – Taxa de Abandono e Reprovação 1995 e 1997	37
Tabela 4 – Ensino Médio – Taxa de Distorção Idade – Série 1996 – 1998	37
Tabela 5 – Educação Básica: 1995 – 2010 (em mil)	38
Tabela 6 – Ensino Superior no Brasil – 1998	40
Tabela 7 – Comparação da situação escolar brasileira com países de renda per capita equivalente.....	44
Tabela 8 – Gastos com programas educacionais propostos, em percentuais do PIB	45

1 O PROBLEMA

1.1 Introdução

As mudanças na estrutura econômica nacional iniciada no início da década de 90 com a implantação de diversos programas de estabilização econômica alteraram o rumo do país fazendo com que todas as decisões de cunho econômico sejam tomadas com base nas determinações dos órgãos de política internacional e países desenvolvidos, agravando a dependência do país perante a estes agentes.

A política de abertura comercial imposta pelos países desenvolvidos juntamente com o processo de submissão pelo qual passa a economia nacional, fez com que o governo brasileiro reduzisse os gastos no setor público – em especial na educação – a fim de atender as metas solicitadas pelos gestores de política econômica internacional, com intuito de atender os interesses das nações desenvolvidas.

O ambiente competitivo criado pela entrada em grande escala de empresas e produtos internacionais na economia brasileira, faz com que as empresas atuantes no mercado exijam do trabalhador uma gama maior de conhecimento a fim de atender os interesses do mercado de trabalho, com isso não só a educação de um modo geral mas principalmente o estudante tornaram-se alvo dos interesses privados.

Com a contratação de estudantes ao invés de profissionais já habilitados vem reduzindo os custos das empresas no que tange a folha de pagamento e encargos sociais, pois a contratação do estudante se dá na forma de estágio que desobrigam o empregador a cumprir com as leis trabalhistas aplicadas ao empregador regularmente registrado, com isso além de pagar baixos salários reduz ainda a inserção no mercado de trabalho dos profissionais recém habilitados que passam a ser substituídos nas empresas por estudantes ainda em curso. Este processo torna-se rotativo já que a cada fim de contrato novos estudantes são contratados, fazendo com que haja um ciclo de contratações que traz grandes benefícios as entidades contratantes.

É certo que o profissional recém habilitado não tem a prática necessária para adentrar diretamente no mercado de trabalho, e em muitos casos os trabalhadores que possuem maior experiência levam vantagem na briga por uma vaga no mercado de trabalho. Neste caso o estágio tem grande valia para o estudante, desde que o mesmo execute no tempo em que estiver trabalhando função similar ao curso efetuado, pois de nada vale a ocupação sem a devida prática profissional.

Um dos setores que mais se beneficia com a mão-de-obra do estagiário é o setor público, que devido ao abandono dos investimentos e de uma política de redução de gastos do governo, tem feito com que muitos órgãos a fim de suprir a falta de funcionários anexem em seu quadro funcional um número elevado de estudantes de diferentes níveis de ensino, sendo que os mais visados para a ocupação são os estudantes de nível superior, pois teoricamente possuem qualificação suficiente para assumir funções variadas e que requeiram maior qualidade. Em muitos casos o estudante contratado possui capacidade profissional superior ao funcionário efetivo, executando inclusive funções de grande responsabilidade, cabendo ao mesmo tomar decisões e interferir diretamente no processo organizacional dos postos de trabalho.

A diferença entre a contratação de um estudante para suprir a falta de funcionários no setor público e privado é que no setor privado, mesmo em hipóteses remotas, existe a possibilidade da empresa após o término do contrato de estágio efetivar o estagiário no seu quadro funcional, enquanto nos órgãos públicos é efetuado o desligamento do estudante ao fim do contrato de trabalho, já que a efetivação do mesmo dar-se-á apenas pelo ingresso via concurso público.

A problemática que se faz presente na contratação do estagiário é que muitos estágios deixaram de ter o seu real valor, ou seja, dar ao estudante condições de se adequar ao mercado em práticas reais de trabalho. Na maioria dos casos, devido a escassez de oportunidades de trabalho o estagiário fica submetido a funções que não condizem com o seu ambiente de estudo, sendo utilizado apenas para complemento do quadro funcional de empresas e órgãos públicos.

Para as empresas, a contratação de estagiários para exercer as mais diversas atividades tornou-se um negócio lucrativo, pois o custo para manter um estudante empregado em caráter de estágio é muito menor do que um funcionário devidamente registrado e dentro das normas do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego).

A empresa que utiliza o estagiário como funcionário efetivo tem o seu gasto reduzido, pois o estágio desobriga o contratante a cumprir com encargos relativos a contratação de um empregado regularmente registrado.

Outro fator importante referente ao estágio é a pouca fiscalização exercida pelos órgãos competentes, a precariedade da fiscalização faz com que o estágio seja realizado de acordo com as necessidades do contratante, além disso a escassez de oportunidades no mercado de trabalho vem corroborando à favor das empresas fazendo com que o estudante

acabe se submetendo às condições oferecidas sem se ater ao valor efetivo de um estágio remunerado.

Para que possamos entender o motivo pelo qual os estágios não obrigatórios passaram a ser vistos como negócio esquecendo o seu real valor, é necessário que venhamos entender o atual momento da educação e da economia brasileira, verificando suas transformações e seus reflexos no setor educacional.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Analisar a relação economia x educação, ou seja, verificar as transformações existentes na economia e na sociedade nacional e seus reflexos na educação, além de efetuar um estudo sobre a situação dos estágios não obrigatórios, visto que muitos estudantes estão buscando no estágio a solução para a falta de oportunidades no mercado de trabalho.

1.2.2 Objetivos específicos

- Realizar uma análise sobre as transformações na economia nacional e seus reflexos na educação;
- Verificar as transformações na educação brasileira;
- Verificar o real valor acadêmico e econômico dos estágios;
- ⊖ Analisar a situação do estagiário a fim de verificar se os estágios servem de qualificação profissional ou são apenas empregos temporários.

1.3 Metodologia

O procedimento metodológico adotado exprime a relação entre as mudanças na economia brasileira e os seus reflexos na ^{merc. + trabalho} educação, a partir de uma revisão bibliográfica tomando como base à opinião dos autores: Fabrício Augusto de Oliveira (1991), James f.

Petras (1998), Noam Chomsky e Heinz Dietrich Steffann (1999), e o relatório do Banco Mundial (1995).

O primeiro aspecto a ser observado leva em conta a necessidade de se observar às alterações ocorridas na economia brasileira no transcorrer da década de 90, na visão de autores e empresários de diferentes ramos da economia.

Outro ponto a ser abordado, parte de uma verificação efetuada nas propostas e aplicações das Leis de Diretrizes e Bases propostas pelo governo e também o Plano Nacional de educação proposto pela sociedade civil elaborado no II CONED (1997), fazendo a relação de ambas as propostas. Além disso, analisa-se dado estatístico da educação brasileira desde o ensino básico até o ensino superior.

—> Para fundamentar a discussão sobre a situação dos estágios não regulamentados no município de Florianópolis, utiliza-se como ponto principal à visita em órgãos que recrutam os estudante para as funções e também os locais de realização dos estágios. Além disso, para se obter uma noção da fiscalização realizada pelos setores competentes, buscou-se informações na Delegacia Regional do Trabalho onde se entrevistou um Auditor Fiscal do Trabalho a fim de saber a dimensão do problema de fiscalização.

→ Este trabalho visa verificar à verdadeira condição dos estágios não regulamentados realizados no município de Florianópolis, com o intuito de se obter a exata noção da função executada pelo estagiário.

2 AS TRANSFORMAÇÕES NA ECONOMIA NACIONAL NA DÉCADA DE 90

A década de 90 marcou um período de grandes transformações na economia brasileira a começar pelo novo governo Presidido pelo então Governador de Alagoas Fernando Collor de Mello, eleito pelo voto direto após longo período de ditadura militar. Collor iniciou seu governo com a implantação de um plano econômico que tinha como objetivo principal recuperar a unidade nacional e evitar um processo inflacionário “galopante” que afetava a estabilidade e o desenvolvimento econômico nacional. Os resultados alcançados no início da década de 90 apresenta índices semelhantes aos obtidos em 1981, como cita Oliveira (1991,p. 12) :

O país empobreceu ainda mais em 90. O declínio de 4,6% do PIB afetou, em particular, a indústria de transformação (-9,5%), enquanto a agropecuária conheceu uma retração de 4,41% e os serviços permaneceram estagnados, apresentando um ligeiro declínio de 0,71%. Com isso a renda per capita dos brasileiros caiu 6,54%, situando-se no mesmo nível que havia atingido em 1981 e confirmando o estigma de década perdida.

Com isso a expectativa criada pela implantação do novo plano transformou-se em desconfiança, pois á medida que os resultados esperados não eram alcançados crescia cada vez mais a incerteza quanto ao sucesso desta nova empreitada. Segundo Oliveira (1991, p.13) “O plano Collor partiu de um diagnóstico correto sobre a crise inflacionária, assentando-se em quatro pilares: reforma monetária, ajuste fiscal política de rendas e reforma do comércio exterior”, além disso as causas do processo inflacionário estavam fixadas nos seguinte pontos: “fragilidade financeira do setor público, na excessiva liquidez por ela provocada e no crescente desequilíbrio existente entre riqueza financeira e a riqueza real”.

O inesperado “seqüestro” do capital (dinheiro) depositado nos banos foi o fato marcante na primeira fase deste plano, “promoveu-se um enxugamento da liquidez com o seqüestro de 67% dos ativos financeiros do setor privado”, com a redução da liquidez o governo tentava fazer com que houvesse a redução do consumo e, por conseguinte a redução dos preços que impactariam de forma imediata no processo inflacionário.

A reforma fiscal e o reajuste monetário foram às peças chaves do governo a fim de buscar a redução da inflação e a estabilidade da economia nacional; além desta reforma o governo institui um congelamento de preços por um tempo determinado juntamente com um pré - fixador de preços e salários que tinha como intuito apagar a memória

inflacionária advinda do insucesso dos planos econômicos anteriores. No âmbito externo deu-se início ao processo de abertura às importações com o intuito de pressionar os preços através da concorrência direta com os produtos nacionais. A redução dos preços foi considerada uma das variáveis fundamentais na luta contra o processo inflacionário.

No campo político houve uma pressão do governo sobre os poderes Legislativo e Judiciário para que se mantivesse a integridade total do plano e para tanto, tentou-se atribuir aos congressistas a responsabilidade de aprovação das medidas provisórias impostas pelo governo, além de tirar do Judiciário o poder de manter os pressupostos constitucionais já que o governo proibiu qualquer julgamento que viesse a ferir os interesses do plano econômico.

Diante das pressões e das críticas que se formavam devido ao “seqüestro” dos ativos financeiros, o governo adotou uma nova medida a fim de recolocar em circulação parte dos ativos ainda presos; foram às chamadas “torneiras da liquidez” que passaram a abastecer os setores fragilizados da economia.

Com a recolocação da moeda em circulação mesmo que de forma controlada colocou em xeque a continuidade e a estabilidade das medidas adotadas, pois apenas poucos setores da sociedade passaram a usufruir das novas medidas adotadas pelo governo. É certo que as novas medidas adotadas a partir da liberação de parte dos recursos financeiros passaram a beneficiar pequena porção da sociedade, pois a grande maioria da população permaneceu com os seus ativos financeiros retidos. Com a reintrodução de parte dos recursos retidos novamente na economia, a inflação no período chegou a 3,29% medida pela FIPE/USP, diferente da inflação anterior que girava na casa dos 80%. A grande meta do governo era diminuir de forma clara e segura o processo inflacionário que assolava o país, as medidas tomadas na primeira fase do plano tornaram-se ineficazes diante dos resultados obtidos frente à inflação.

Em uma nova fase da política econômica o governo optou por manter uma estratégia recessiva a fim de alcançar o seu objetivo principal de redução e extermínio completo do fantasma da inflação. Dentro deste contexto recessivo a maior parte da população ainda sofria com o ambiente recessivo adotado pela equipe econômica. Para Oliveira (1991, p. 22):

Essa reorientação da política econômica, que elegeu claramente o aprofundamento da recessão como arma antiinflacionária, correspondeu a bem da verdade, a uma nova fase do Plano Collor, que produziu momentaneamente resultados favoráveis, de fato na Segunda quinzena de julho a inflação desacelerou seu ritmo de crescimento o que foi suficiente para que as autoridades

econômicas, apressadamente reiterassem o acerto da nova estratégia e voltassem a anunciar o fim próximo da inflação.

Apesar do sucesso momentâneo das medidas adotadas pelo governo a inflação voltou a subir fazendo com que o governo atribuísse a volta do processo inflacionário aos oligopólios pelo aumento dos preços reajustados em valores acima da inflação e a sociedade pela demanda generalizada por indexação. Segue abaixo o índice anual da inflação obtida nos últimos 20 anos.

Quadro 1 - 1980-2000 IGP-DI (FGV)

PERÍODO	ÍNDICE	PERÍODO	ÍNDICE
1980	110,2	1991	480,23
1981	95,2	1992	1157,84
1982	99,7	1993	2708,60
1983	211,0	1994	1093,80
1984	223,8	1995	14,77
1985	235,1	1996	9,33
1986	65,03	1997	7,48
1987	415,83	1998	1,70
1988	1037,55	1999	19,98
1989	1782,89	2000	9,84
1990	1479,71		

FONTE: IGP-DI (FGV)

Em resposta ao aumento da inflação o governo atribuía a culpabilidade aos oligopólios e a sociedade, as autoridades econômicas ameaçaram com uma maior asfixia da economia para quebrar os movimentos de reindexação de salários além de remover as barreiras à importação também de produtos supérfluos, para submeter os oligopólios à concorrência internacional e minar o seu poder de impor preços ao mercado.

A busca pela estabilidade econômica que iniciou com a implantação do Plano Collor no início de 90, não atingiu os resultados esperados pelo governo, com isso através do uso de medidas provisórias o governo instaurou um novo programa de estabilização para a economia brasileira o chamado Plano Collor II que na verdade representou um aprofundamento do plano anterior mantendo a política da recessão como ponto principal para a eficácia do plano.

Os objetivos principais do plano se fixaram na tentativa de reverter a trajetória inflacionária que se mostrava novamente presente, além de efetivar uma política monetária capaz de regular a liquidez da economia frente à aceleração da inflação, e de promover o aprofundamento do ajuste fiscal.

Para que estes objetivos pudessem ser alcançados o plano se fixou em quatro peças fundamentais: desindexação geral da economia, mudanças nas regras de funcionamento do mercado financeiro, congelamento de preços e salários e a edição de um novo pacote fiscal.

Em relação à desindexação da economia o governo extinguiu o BTN (Bônus do Tesouro Nacional) e o BTN Fiscal juntamente com o *overnight* criando-se no lugar destes indexadores um fundo de aplicações especiais o FAF que tinha a finalidade de absorver e gerir os recursos oriundos das aplicações de curto prazo antes destinados ao *over* e aos fundos.

No tocante a correção de contratos e aplicações financeiras o plano transferiu para o mercado o poder de definir sua remuneração a partir das expectativas de inflação futura dos agentes econômicos que estariam refletidas nos níveis de juros médios negociadas entre as partes integrantes do negócio.

Os salários passariam a ser reajustados pela média dos últimos doze meses passando a partir daí a serem reajustados pela livre negociação, além de unificar a data base de todas as categorias, o que era uma antiga reivindicação da classe sindical, mesmo que as datas base fixadas pelo governo fossem diferentes das datas solicitadas pelo movimento sindical.

Com relação ao ajuste fiscal preocupou-se em efetuar um ajuste duradouro e que convencesse os agentes econômicos que o governo conseguiria de uma vez por todas equilibrar as contas públicas. O ajuste fiscal incorporou em seu conteúdo um “tarifaço” com a majoração de preços em especial dos combustíveis, comunicação, energia e serviços postais, além da proibição de contratação e realização de promoções de pessoal nas empresas públicas juntamente com a criação de um comitê de controle das estatais.

O plano Collor foi centrado numa política recessiva a fim de conter aquele que para o governo era o principal entrave do desenvolvimento e crescimento do país, a inflação. Mas no transcorrer de sua aplicação o plano mostrou-se ineficaz e impotente diante da inflação, mesmo com a “violência” utilizada para efetuar o sequestro dos ativos financeiros e o caráter recessivo do mesmo, a inflação continuou crescendo e instabilizando o quadro econômico do país.

O certo é que o plano de estabilização não surtiu o efeito necessário e esperado pela equipe econômica, pois além de utilizar-se de medidas recessivas para conter a inflação, o plano ao invés de ser implementado acabou sendo imposto a sociedade sem que houvesse uma prévia negociação já que o programa apresentado pelo governo trazia uma série de perdas tanto para a sociedade quanto para o Estado e vantagens expressivas aos bancos e instituições financeiras.

À medida que as perdas tornaram-se evidentes passa a existir a resistência dos agentes envolvidos (Sociedade e Estado) inviabilizando as reformas que acabam encadeando de forma mais rápida um processo de inversão, ou seja, ao invés de surtirem o efeito desejado pela equipe econômica terminam por ampliar o problema.

Após um período de turbulência que afetou a economia brasileira e da ineficácia das medidas adotadas pelo governo Collor, o Brasil passaria ainda por uma série de mudanças na sua estrutura econômica principalmente após a renúncia do Presidente Fernando Collor de Mello que se afastou do cargo devido às denúncias de corrupção e irregularidades constatadas em seu governo, fato este marcante para história democrática do país.

Com a saída do Presidente Collor, o senador Itamar Franco vice-presidente da República assume a Presidência, marcado por inclinações econômicas nacionalistas o novo Presidente formou uma coalizão de centro esquerda no qual um dos partidos participante era o PSDB partido do Senador Fernando Henrique Cardoso.

Devido às estreitas relações entre Fernando Henrique Cardoso e o Presidente Itamar Franco, o Senador Fernando Henrique torna-se Ministro da fazenda, momento em que se decidiu adotar uma política econômica de cunho conservador, mas que apresentasse ação imediata, com ajuste das contas do setor público cujos desequilíbrios eram apontados como a causa da inflação crônica do Brasil.

Além de ajustar as contas públicas a equipe econômica decidiu optar por uma reforma monetária, que tinha como ponto principal a mudança da moeda inflacionada por outra estável e que inicialmente viesse a servir como unidade de valor e posteriormente como medida de pagamento.

A cada novo governo uma nova moeda surgia como forma de conter o processo inflacionário do país, na década de 80 o Brasil passou por uma constante alteração da sua unidade monetária. Essas alterações culminaram com a implantação do Plano Real em Julho de 94 que posteriormente teria o Real fixado como moeda nacional. Em texto

extraído do boletim do IOB datado de novembro de 1996, estaremos verificando abaixo um breve histórico das alterações na moeda nacional ocorridas a partir de maio de 1970.

CRUZEIRO – Em 1970 o cruzeiro novo volta a ser chamado de cruzeiro, perdurando com esta nomenclatura até 27/02/86, durante este período o cruzeiro novo tinha o mesmo valor do cruzeiro.

CRUZADO – Em 1986 o plano cruzado corta 3 zeros da moeda, que passa a ser chamado de Cruzado, o Cruzado teve duração de 3 anos iniciado em 28/02/1986 a 15/01/1989. Durante o período 1 mil Cruzeiro correspondia a 1 Cruzado.

CRUZADO NOVO - Em janeiro de 89, o plano verão congelou os preços, cria o Cruzado novo e corta 3 zeros. O Cruzado Novo teve duração de 1 ano iniciado em 16/01/1989 a 15/03/1990. Durante este período 1 Cruzado Novo tinha o valor correspondente a 1 Cruzeiro.

CRUZEIRO REAL – Em agosto de 93, a moeda fica sem 3 zeros novamente e vira Cruzeiro Real. Nos 11 meses de existência, o Cruzeiro real acumulou uma inflação de 3700%. O Cruzeiro real teve duração de 10 meses. No período de 01/08/1993 a 30/06/1994, 10 Cruzeiros equivalia a 1 Cruzeiro real.

REAL – Em julho de 94, o Presidente Itamar Franco cria, cujo plural é reais. Antes que entrasse em circulação, passou a vigorar uma unidade de conta, não de troca, chamada de URV – Unidade Real de Valor – com variação diária. A economia era estimulada a usá-la como referência. Quando a URV atingiu o valor de 2.750 Cruzeiros reais, a nova moeda o Real entrou em vigor.

A idéia era criar uma unidade de conta doméstica que tivesse paridade com o dólar e que posteriormente pudesse ser substituída pela nova moeda o Real, foi lançada então a URV (Unidade Real de Valor) cuja taxa de câmbio era de 1US\$, além disso o valor da URV seria estabelecido diariamente pelo Banco Central.

Para a conversão dos contratos que ainda estavam em cruzeiros reais o governo estipulou uma taxa de CR\$ 2.750,00 para cada IR\$ essencialmente para contratos e preços que ainda não haviam sido convertidos de cruzeiros reais para URV.

Com a substituição do Cruzeiro real pelo Real como moeda oficial do país, todos os contratos cujos valores haviam sido previamente estipulados em termos reais (URV) passaram a ter o seu valor fixado em termos nominais (Real).

Diferente do Plano Collor I e II que teve na recessão o ponto fundamental de atuação o Plano Real teve como intuito inicial buscar a estabilização da economia nacional sem as medidas recessivas e até mesmo inconstitucionais adotadas pelos planos anteriores conseguindo reduzir a inflação como era o grande objetivo do governo. Contudo a realidade que se fez presente na economia brasileira, apresentou um quadro crescente de aumento de preços e tarifas básicas de atendimento, em contrapartida os salários em especial do setor público continuaram sofrendo perdas constantes a fim de atender a política de redução de gastos públicos adotadas pelo governo.

É certo que o plano Real redefiniu a economia brasileira, e o processo de abertura tarifária iniciada no governo anterior atingiu o seu estágio mais avançado de

implementação com a entrada do novo governo. Com a implantação do Real a economia nacional inaugurou uma etapa de apreciação cambial que introduziu na economia brasileira um estágio concorrencial ainda não experimentado pela indústria brasileira.

O balanço comercial do país após a implantação do plano real e com a apreciação da taxa de câmbio mudou drasticamente sua posição saindo de uma situação superavitária US\$ 10,5 bilhões em 1994 para uma situação de crescente desequilíbrio, com queda de US\$ 5,5 em 1996 e US\$ 15 bilhões em 1997. O desempenho negativo da indústria nacional aprofundou o desequilíbrio na balança comercial, ainda que a sobrevalorização da taxa de câmbio vislumbresse um efeito positivo no combate a inflação, pois as pressões dos produtos importados frente aos produtos nacionais foram fundamentais para conter os preços dos produtos internos. De modo geral a entrada maciça de produtos importados surtiu o efeito esperado pela equipe econômica.

Tabela 1 - Desempenho do comércio exterior
(Taxas geométricas de crescimento anual nos períodos indicados)

* Exportação	8,5	4,7
- Básicos	6,1	5,0
- Industrializados	6,8	4,4
- Semi Manufaturados	7,7	10,1
- Manufaturados	10,1	2,8
- Operações especiais	3,7	13,7
* Importações	12,4	27,1
- Matérias primas	18,8	34,9
- Bens de consumo	18,8	35,2
- Combustíveis e lubrificantes	-6,0	19,8
- Bens de capital	14,9	13,9

FONTE: SECEX

A nova realidade da economia nacional modificou os percentuais de importação e exportação. As exportações tiveram redução de 8,5% para 4,7 %, enquanto as importações tiveram um aumento de 12,4% para 27,1%, esta duplicação das importações apresentaram ainda como dados expressivos o aumento das importações de bens de consumo e matérias-primas intermediárias que duplicaram o seu desempenho no período de 90/94 a 94/96 passando de 18,8% a 34,9% no caso das matérias-primas e 18,8% a 35,2% referente aos bens de consumo.

Dentro deste contexto de crescimento das importações e decréscimo nas exportações, um dos setores que continuava apresentando resultado positivo era o setor de

commodities que mantinha ainda índices positivos no tocante a exportação devido a sua grande escala de produção e a competitividade no mercado internacional.

Criou-se no país após a implantação do real e a conseguinte apreciação cambial um ambiente que se mostrou favorável às importações, pois a moeda nacional tendo valor igual e em alguns momentos valor acima do dólar permitiu um crescimento expressivo nas importações em especial nos setores em que as empresas brasileiras não tinham estrutura para competir no mercado aberto. Este processo de crescimento contínuo das importações estimulou uma política antiprodução nas indústrias que passaram a importar os insumos para a produção ocasionando com isso o fechamento de unidades fabris inteiras.

Quadro 2 - O aumento do coeficiente de penetração das importações: importações sobre produção (%)

GRUPO	SETORES	1993	1996
1	Bens de capital seriados e Bens eletrônicos	29%	65 a 75%
2	Matérias primas químicas, fertilizantes, resinas.	20 a 26%	33 a 42%
3	Auto peças, têxteis naturais, bens de capital sob encomenda e Borracha.	8 a 15%	20 a 25%
4	Farmacêutica, não ferrosos, tratores, eletroeletrônicos domésticos, vidro, químicos diversos.	7 a 11%	13 a 16%
5	Têxteis sintéticos, eletrodomésticos, petroquímicos intermediários, veículos, alimentos, papel e papelão.	3 e 6%	9 a 12%
6	Bebidas, calçados, plásticos, laticínios, higiene, limpeza, alimentos semiprocessados.	0,7 e 3%	4 a 8%
7	Produtos tipicamente não transnacionais (cimento, matéria – prima, e produtos pesados)	0,5 a 2,5%	1 a 4%

FONTE: Moreira (1997. Tabela 2)

Percebe-se na tabela acima um crescimento acentuado dos percentuais de importações no período inicial da implantação do plano real. Dentre os setores citados o de bens de capital e bens eletrônicos tiveram crescimento acentuado duplicando o seu coeficiente de penetração ocorrida após a implantação do Real.

Criou-se no período subsequente a implantação do real um ambiente que estimulou a competição, provocada em grande parte pela entrada maciça de produtos importados na economia nacional.

É certas que a economia nacional ao longo das décadas passou por uma série de transformações, mesmo no passado quanto nos dias atuais as decisões tomadas em âmbito nacional, permaneceram sendo tomadas em função das determinações dos organismos internacionais.

O desenvolvimento da economia traz consigo a questão da educação e do emprego, neste momento estaremos verificando a relação entre economia e educação. A educação produz frutos importantes para o crescimento e desenvolvimento de um país, mas para tanto existem variáveis econômicas que influenciam na estruturação da educação em prol do desenvolvimento econômico.

Para Steffan (1999, p.134) a educação funciona de forma positiva no crescimento e desenvolvimento econômico desde que as variáveis econômicas estejam ajustadas, como segue:

Parece razoável que nos países desenvolvidos a educação funciona como uma variável independente que influi autônoma e positivamente no crescimento econômico, devido a que a qualificação científica dos quadros humanos constitui a principal força produtiva nacional. Contudo, para países com escasso desenvolvimento tecnológico, parece igualmente razoável assumir que a interação entre as variáveis educação e crescimento econômico não transcende o âmbito de uma associação estatística que carece de um conteúdo causal, fato pelo qual a aplicação da teoria dos países latino-americanos torna-se ideológica.

Ainda sobre as variáveis econômicas e sua relação com a educação, Steffan (1999, p.135), ministra sua opinião como segue:

A educação tem importância como veículo de mobilidade social individual e grupal na América Latina, mas não é uma variável chave no desenvolvimento coletivo da nação e sua saída para escapar do subdesenvolvimento. Nas atuais condições do subcontinente, são de maior importância fatores já mencionados, como o peso da dívida externa e interna; a capacidade de poupança interna; o grau de desenvolvimento da tecnologia produtiva; a distribuição da renda, a eficiência ou o grau de corrupção da burocracia estatal e a situação dos mercados mundiais de mercadorias e capitais.

É certo que a educação ajuda na evolução das condições de trabalho e auxilia na busca por funções diversas no mercado de trabalho, mas não só a educação é capaz de superar as desigualdades existentes, as demais variáveis econômicas – citadas por Heinz Dietrich Steffan no parágrafo acima – devem estar em sincronia para que os resultados possam ser alcançados de forma satisfatória pelas entidades competentes.

2.1 As Transformações na Economia Nacional e seus Reflexos na Educação

À medida que a mudança no panorama da economia mundial se consolida, os reflexos nos países em desenvolvimento tornam-se cada vez mais visíveis, aumentando o poder de dominação dos países desenvolvidos.

Dentro deste contexto a educação vem passando por uma série de mudanças para conseguir dar suporte ao crescente fluxo de empresas e interesses privados que se instalaram na economia nacional, existe hoje por parte de empresas, um forte investimento na formação profissional direta, ou seja, investimentos na área de profissionalização do estudante com o intuito de absorver para si uma mão-de-obra capaz de suprir as necessidades mercadológicas à curto prazo, atendendo assim os interesses privados das grandes corporações.

Luis Anselmo Randon (Presidente da Randon Participações, de Caxias do Sul), em entrevista a revista fórum de líderes da Gazeta Mercantil, afirma que para que se possa dar seqüência ao processo de globalização e também formar profissionais capazes de elevar o padrão da mão-de-obra as empresas deveriam investir nas escolas de primeiro grau, como segue: “As empresas deveriam ser motivadas por meio de algum incentivo a criar e manter escolas capazes de oferecer educação, abrigo e alimentação para crianças de 8 a 13 anos, pois uma vez formados, ou seja, a partir dos 14 anos, elas seriam absorvidas pelas empresas”.(Gazeta Mercantil, Fórum de Líderes 2000, p. 92).

Ainda em relação a economia e seus reflexos na educação, Antonino Trevisan (Presidente da Trevisan Auditores e consultores, de São Paulo), em entrevista a revista fórum de líderes da Gazeta Mercantil afirma que esta situação pode ser vista da seguinte forma:

| Ao invés de nos prendermos em outros temas, vamos nos concentrar na questão social e tratar da educação como alvo maior, exigindo que o governo dê prioridade a essa área no orçamento, pois um país educado tem mais possibilidade de acumular e distribuir as riquezas. (Gazeta Mercantil, Fórum de Líderes 2000, p. 93).

A globalização aliada à falta de uma política social que dê condições para as pessoas atingirem um grau de instrução suficiente para sua inserção no mercado de trabalho, agravou ainda mais os problemas de concentração e distribuição da renda e de exclusão social, este fato tem acontecido nos países ricos e em especial nos países em desenvolvimento.

Para que se consiga atingir níveis consideráveis de crescimento e desenvolvimento da economia necessita-se de qualificação e estruturação não só do sistema educacional, mas de todas as variáveis econômicas e sociais. Educação, sociedade e economia devem ser aliados no processo de crescimento.

A educação é considerada primordial para o desenvolvimento econômico não só nacional, mas também mundial, por isso o torna alvo do interesse do grande capital, através de investimentos na educação em países em desenvolvimento ou em países subdesenvolvidos. Este investimento tem um caráter bilateral já que ao mesmo tempo em que se cria condições de crescimento profissional, faz com que estes profissionais sejam formados para dar seqüência e continuação ao processo de ampliação capitalista. Em muitos países a falta de participação do estado para dar sustentação e condições de trabalho aos estudantes graduados e Também as condições da economia, faz com que muitos abandonem a profissão passando a trabalhar em áreas que divergem de sua formação profissional vendendo sua força de trabalho por valores que não condizem com sua qualificação e formação, rendendo-se a força do capital.

Um estudo efetuado pelo Banco Mundial (1995, p.23), deixa claro que o estado tem tido pouca participação na geração de empregos aos estudantes graduados.

El desempleo de los graduados em los países em desarrollo se eleva marcadamente em los años ochenta y continua aumentando, esto refleja em su mayor parte el lento incremento de la demanda agregada de recursos humanos especializados y la función disminuida del sector público com el empleador principal de los egresados universitarios.

Dentro desse contexto analisado pelo Banco Mundial, temos que ressaltar também, a incapacidade do setor privado na criação de projetos que possam dar aos estudantes graduados, condições de adentrar ao mercado de trabalho. Outro ponto importante a ser ressaltado é a crise financeira do estado que impossibilita o investimento nas Universidades Públicas e gratuitas e por consequência diminui as chances de inserção dos estudantes no mercado. Ressalta-se ainda o baixo crescimento da economia impedindo assim a criação de empregos fixos aos estudantes de todos os níveis de ensino.

O Brasil, país que passou por um período histórico de desenvolvimento com um forte processo de industrialização e um crescimento das empresas estatais no período de 1959 a 1980 - período este marcado por grandes taxas de crescimentos e por muitos momentos de instabilidade que advinham desde as crises mundiais, até a falta de estruturação da economia nacional - rendeu-se a pressão dos grandes agentes internacionais e tem dilapidado gradativamente suas empresas estatais e também sua economia rendendo-se assim a força dos interesses internacionais.

Grande parte das empresas estatais, estão sendo privatizadas e entregues a "batuta" do capital estrangeiro aumentando o grau de dependência do país em relação às

nações desenvolvidas. É certo que a venda das empresas estatais ao capital estrangeiro significa para o governo um passo importante ao desenvolvimento e ao cumprimento das metas impostas pelos organismos internacionais. Mesmo que para o governo esta forma de negócio signifique um passo importante rumo ao desenvolvimento - Afirmação imposta pelo governo - a grande maioria da população sente-se lesada e ainda não conseguiu visualizar os reflexos positivos prometidos pelo atual governo, sendo assim os resultados obtidos com as privatizações ainda são incógnitos para a população brasileira.

A substituição do GATT (General Agreement on Tariffs and Trade) pela OMC (Organização Mundial do Comércio) em 1994 significou para o terceiro mundo uma entrega constante do mercado nacional às empresas transnacionais, como cita Steffan (1999,p.79).

A privatização da riqueza nacional proporcionou ao grande capital um boom de investimentos adicionais enormes. Não só porque muitas empresas foram entregues a iniciativa privada a preços simbólicos, mas também porque se abriram instantaneamente novos mercados gigantescos

Neste contexto de mudanças pelo qual passa economia nacional, a educação passou a ter grande importância na busca de uma vaga no mercado de trabalho, as grandes empresas multinacionais aportam suas filiais em países subdesenvolvidos com o intuito de ampliar sua fonte de riqueza, visto que nestes países – O Brasil é um exemplo – a força de trabalho é mais barata e os subsídios oferecidos pelos governos locais, torna-se um atrativo a mais para implantação destas empresas em terras nacionais.

É certo que somente a qualificação não induz os capitalistas a ampliar a demanda por força de trabalho e, por conseguinte a geração de mais empregos, pois a ampliação do mercado de trabalho para os capitalistas depende basicamente do crescimento dos mercados em que as empresas capitalistas vendem seus produtos, para os capitalistas se todos os desempregados aumentassem o seu nível de qualificação profissional sem a devida expansão do mercado, o único resultado seria a concorrência entre eles fazendo com que o salário pago sofresse alteração e até mesmo a redução.

Na verdade a qualificação mais interessa ao trabalhador individual para obter uma vantagem na luta por um lugar no mercado de trabalho e só traria vantagens aos trabalhadores em conjunto se houvesse a possibilidade de negociar escalas de salário que remunerem melhor os trabalhadores mais qualificados sem reduzir os salários dos menos qualificados.

Existe hoje uma crescente exclusão da classe considerada menos favorecida, há uma dificuldade imensa de se conseguir reduzir os níveis de pobreza e por conseqüência dar condições para que não só crianças, mas jovens e adultos consigam se desenvolver e crescer com um mínimo possível de educação, o que se percebe hoje, não só nas grandes metrópoles mais em todos os lugares do país é um “exército” cada vez maior de crianças, adolescentes, jovens, adultos nas ruas como pedintes e mendigos, em muitos casos, indigentes, e este “exército” não é mais uma força de uma só cor (Negros), hoje a dominação e a exploração não escolhem raça, credo, cor, apenas transforma o ser humano numa engrenagem dentro da máquina capitalista. Este aumento do número de excluídos nas cidades, é fruto das políticas capitalistas adotadas pelos países subdesenvolvidos norteadas e guiadas pelos “amos” desenvolvidos, além disso existe a ineficácia das políticas sociais que em pouco ou em nada resolvem o problema da desigualdade social.

Este aumento do número de excluídos (analfabetos, velhos, negros, mendigos, etc) nas cidades, é fruto das políticas capitalistas adotadas pelos países em desenvolvimento, ou melhor, impostas pelas nações ricas a fim de dar prosseguimento ao processo de acumulação que apresenta-se inserido nas economias do mundo atual.

Dentro de um contexto impositivo do capitalismo, aliado ao crescente processo de abertura comercial imposto pelos países desenvolvidos juntamente com os gestores de política internacional, faz com que conceitos tipicamente capitalistas como acumulação, concentração, produção seja assimilado pelos países subdesenvolvidos sem que ao menos recebam comentário ou crítica mostrando as conseqüências da vida numa sociedade em que o mais importante é concentrar e acumular cada vez mais sem a preocupação com as conseqüências advindas deste processo.

Na maioria das vezes as informações que chegam até a sociedade são advindas diretamente das agências internacionais, sem que ao menos tenhamos uma abordagem crítica por parte daqueles que repassam as notícias para a sociedade, com isso a população dos países em desenvolvimento fica submissa às informações transpassadas pelo grupo de países desenvolvidos, exercendo assim forte influência no pensamento e na economia nacional, como cita Steffan (1999, p.104):

[...] preocupante contudo, consiste em que estes aparelhos de doutrinação do reich dos quinhentos anos são concebidos no terceiro mundo como meio de informações objetivas e imitadas de maneira servil e estúpida. Por exemplo, com freqüência publicam-se as notícias das grandes agências de informações européias e estadunidense sem nenhuma edição crítica. Os redatores reproduzem fielmente o discurso dos poderes dominantes, o que explica que a quinhentos

anos de invasão européia do hemisfério ocidental continuam utilizando sem vergonha nem inteligência, o discurso apologético racista do colonialismo, falando de “descobrimto da América”, de “índios”, “negros”, etc. . Desta maneira o terceiro mundo edita centenas de New York Times que fazem com que o cidadão da nossa América veja o mundo com os olhos de seus avós. Um controle de mente que não deixa nada a invejar realidade Orwelliana de 84.

Existe por parte dos países desenvolvidos uma intensa “fiscalização” nas políticas adotadas pelos países em desenvolvimento, este processo impede que estes países consigam dar saltos de desenvolvimento já que toda ação é rigorosamente avaliada pelos membros de política internacional a fim de preservar o interesse do capital aplicado nos países em desenvolvimento, além disso, analisando o caso brasileiro podemos verificar a insistente fiscalização feita pelo FMI (Fundo Monetário Internacional) nas medidas adotadas pelo governo, pois cada medida adotada deve atender aos requisitos não só do FMI (Fundo Monetário Internacional) mas também aos interesses das nações desenvolvidas que normalmente mantêm negócios e influências nos países em desenvolvimento.

Este interesse dos gestores de política econômica internacional e dos países desenvolvidos consiste na ampliação dos negócios nos países em desenvolvimento conservando também o interesse em manter um nível de conhecimento suficiente para que as pessoas possam efetuar os seus trabalhos diários sem se dar conta do que realmente acontece por trás das máquinas, neste caso a capacitação contrasta com a educação, pois quanto maior a capacidade de assimilação por parte do trabalhador maior será a probabilidade de o mesmo contestar as suas condições de trabalho. Em contrapartida faz-se necessário capacitar o trabalhador para que o mesmo consiga se adequar às funções solicitadas pela empresa.

Dentro deste contexto as grandes empresas capitalistas absorvem para si a mão-de-obra que melhor lhe convir, e o aperfeiçoamento é feito encima da área de atuação do trabalhador, com isso a capacitação fica restrita somente a área no qual o trabalhador exerce a sua função.

Muitas pessoas que fazem parte do exército de excluídos não conseguem adentrar ao mercado de trabalho devido a falta de investimentos na capacitação desta população, e para o grande capital este exército de excluídos não rende lucros apenas prejuízo pois os mesmos tornam-se figuras decorativas no cenário econômico, aguardando apenas a chance de serem recrutados pelo sistema capitalista.

Em análise da influência do capital na sociedade e seus reflexos na educação, Steffan (1999,p 161), chega a seguinte conclusão:

[...] do ponto de vista do capital, essa população precária é uma população supérflua, economicamente inviável, cuja educação não rende benefícios - somente custos- para os anos da sociedade global. Isto reduz, conseqüentemente, a importância dos sistemas educativos formais gerais.

A população precária referenciada por Steffan (1999,p 161), na citação acima refere-se a imensa massa de pessoas excluídas não só do mercado de trabalho mas também do acesso as escolas e cursos profissionalizantes e muitas vezes da vida social.

Economia e educação devem seguir o mesmo caminho, pois para que se consiga atingir níveis satisfatórios de crescimento necessita-se de investimentos maciços no atual sistema educacional fornecendo ao estudante condições técnicas e intelectuais para que o mesmo consiga adentrar ao mercado de trabalho colaborando assim para o desenvolvimento do país.

Para o capital a falta de uma população educada e que seja capaz de entender as formas existentes de apropriação e assalariamento, facilita e amplia o horizonte de exploração da força de trabalho. A criação de postos de trabalho é nada menos que uma fuga das entidades governamentais a fim de reduzir as taxas de desemprego, na verdade nesta situação o problema é combatido durante um determinado tempo pois normalmente os postos de trabalho tem caráter temporário.

É certo que o trabalho temporário reaquece a economia durante o tempo em que as pessoas permanecem trabalhando, pois os mesmos passam a tomar decisões de consumo e poupança que haviam sido abandonadas anteriormente.

O investimento na educação vem sendo efetuado por meio de empréstimos e financiamentos advindos de acordos com os países desenvolvidos com o Banco Mundial e o Governo, este último com pequena participação nos índices de investimento. Os efeitos e os resultados obtidos no desenvolvimento educacional brasileiro nos remete a pensar, que o investimento não tem surtido o efeito necessário para controlar e evitar o baixo índice de escolaridade da população brasileira.

Existe por traz dos investimentos, interesses econômicos que fazem com que o capital investido na educação tenha suas finalidades traçadas antes da aplicação dos recursos, os interesses vão além da formação profissional do estudante, pois em muitos casos os alunos são preparados para atender as necessidades específicas das empresas.

Os países em desenvolvimento devido à precariedade do ensino superior normalmente perdem pessoas que seriam de grande utilidade no auxílio ao crescimento e desenvolvimento de suas economias, ou seja, quando um aluno se destaca por sua capacidade de interpretação, percepção, enfim atributos que o tornariam muito importante ao crescimento do seu país, acabam sendo levados a concluir os estudos e até mesmo especializar-se nos países desenvolvidos, percebe-se que um grande número de estudantes concluem seus estudos no exterior, este crescimento profissional é muito importante para o prosseguimento de uma carreira bem sucedida, no entanto o problema consiste na forma como é ministrada a especialização e a conclusão do curso, em muitos casos o estudante acaba se adequando a política adotada no país de estudo e sua formação profissional passa a ser direcionada aos interesses daqueles que por fim acabam financiando os estudos. Mesmo que estes projetos sejam financiados pelo governo ou pelas Famílias dos estudantes, existe a possibilidade destes profissionais não retornarem ao seu país de origem ou assumirem cargos públicos e em grandes empresas e direcionarem suas decisões aos interesses internacionais como citado no relatório do Banco Mundial (1995, p.84) :

Quando los estudiantes salen a recibir su educación superior em el extranjero, el país debe enfrentar conseqüências bastante perturbadoras. En primer lugar, el costo es muy alto, especialmente si los estudios de realizan en un país desarrollado. Si el país de origen financia este tipo de educación un grande número de sus estudiantes, ello significara un importante gasto fiscal. Incluso si el financiamiento correr por cuenta de organizaciones de donantes externos, los estudios en el extranjero significa que los fondos de dichas organizaciones se están utilizando para pagar un tipo de educación superior muy costosa. En principio, estos fondos se podrían emplear en forma más eficaz si se invirtieran en el mejoramiento de calidad de la educación superior del país en desarrollo En segundo lugar, los estudios en el extranjero suelen ser e primer paso para emigrar del país de origen. Puede suceder que un país invierta grandes sumas de dinero en capacitar a sus estudiantes en el extranjero, sólo para descubrir que con mucha frecuencia, no regresan. Por lo tanto, aun cuando sea la familia del estudiante la que financie la educación, existe posibles consecuencias negativas para el país de origen. Se han ideado diversos sistemas para instar a los estudiantes a regresar, pero a la larga éstos solo han tenido éxito parcial. Es evidente que todo esto beneficia los países donantes, no a los países en desarrollo. El prestigio de los estudios en extranjero, sumado a la capacitación que los estudiantes reciben en el exterior, indican que esta práctica seguirá jugando un importante papel en el educación terciaria de un gran número de estudiantes de los países en desarrollo. Sin embargo, dadas las consecuencias de una continuación indefinida de esta tradición, los países beneficiarán más mejorando sus sistemas de educación superior, a fin de que una mayor proporción de sus alumnos estudien en su propio país.

Com o fim de atingir os objetivos e a conseqüente implantação dos planos de desenvolvimento educacional e a aplicação das leis de diretrizes e bases dispostas na Constituição Federal o governo deve efetuar um investimento maciço na formação

profissional não só dos alunos mais de toda estrutura educacional, pois para que se possa qualificar o ensino nacional, deve-se ter profissionais capazes de fornecer e suprir as necessidades intelectuais das pessoas que freqüentam as escolas além de uma estrutura física compatível com os interesses da classe estudantil.

3 A SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

3.1 LEIS E DIRETRIZES QUE NORTEIAM A EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A instalação da república no Brasil e o surgimento das idéias de um plano que tratasse a educação para todo o território nacional aconteceram simultaneamente. À medida que o quadro social, político e econômico do início deste século se desenhavam, a educação começava a se impor como condição fundamental para o desenvolvimento do país. Havia grande preocupação com a instrução, nos diversos níveis de modalidades. Nas duas primeiras décadas, as várias reformas educacionais, ajudaram no amadurecimento da percepção coletiva da educação como um problema nacional.

Em 1932 um grupo de educadores da elite intelectual brasileira, lançou ao povo e ao governo o que ficou conhecido como “manifesto dos pioneiros na educação”. Propunham a reconstrução educacional, “de grande alcance e de vastas proporções” um plano com sentido unitário e bases científicas, este esforço gerou e motivou a inclusão na constituição de 16 de julho de 1934 de um artigo específico em prol da educação brasileira.

O artigo 150 declarava ser competência da União “fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; coordenar e fiscalizar a sua execução em todo território do país”. Todas as constituições posteriores, com exceção da carta de 37, incorporaram, implícita ou explicitamente, a idéia de um plano de educação. Havia, subjacente, o consenso de que o plano devia ser fixado por lei. A idéia prosperou e nunca mais foi inteiramente abandonada.

O primeiro plano nacional da educação surgiu em 1962, elaborado na vigência da Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional, lei 4.024, de 1961. Ele não foi proposto na forma de um projeto de lei, mas apenas como uma iniciativa do Ministério da Educação e Cultura, de metas quantitativas e qualitativas a serem alcançadas num prazo de oito anos. Em 1965, sofreu uma revisão, quando foram introduzidas normas descentralizadas estimuladoras da elaboração de planos estaduais. Em 1966, uma nova revisão, que se chamou plano complementar de implantação de ginásios orientados para o trabalho e o atendimento de analfabetos com mais de dez anos.

Após cinquenta anos da primeira tentativa oficial de se estabelecer diretrizes para a educação brasileira, a Constituição Federal de 1988, ressurgiu a idéia de um plano nacional de longo prazo, com força de lei, capaz de conferir estabilidade às iniciativas governamentais na área de educação. O art. 214 contempla esta obrigatoriedade.

A lei 9.394 de 1966, que “estabelece as diretrizes e bases da nacional”, determina nos artigos 9º e 87, respectivamente, que cabe a união, a elaboração do plano, em colaboração com os estados, o Distrito Federal e os municípios, e institui a década da educação. Estabelece ainda que a União encaminhe o plano ao congresso nacional, um ano após a publicação da citada lei, com diretrizes e metas para os dez anos posteriores, em sintonia com a declaração mundial sobre educação para todos. Por fim em 11 de fevereiro de 1998, o Poder Executivo enviou ao congresso nacional a mensagem 180/98, relativa ao de projeto de lei que “institui o Plano Nacional de Educação”.

Todas estas leis tiveram como objetivo principal dar condições de desenvolvimento para a educação brasileira.

3.2 Avaliação dos Níveis de Ensino da Educação Brasileira

3.2.1 Educação Básica

A educação devido às mudanças estruturais ocorridas na economia brasileira desde a abertura tarifária iniciada no governo Collor e posteriormente findada com a implantação do Plano real, trouxe severas alterações à economia nacional, no qual os resquícios destas alterações atingiram o sistema educacional na década de 90, principalmente na implantação das Leis de Diretrizes e Bases para a educação brasileira.

O plano nacional de educação elaborado pelo governo no teor do seu conteúdo exprime visão diferente do plano elaborado pela sociedade brasileira sobre os níveis de ensino, pois os planos partem de diagnósticos diferentes da realidade social brasileira, enquanto o plano do governo exprime um caráter político e analisa a educação a partir de dados estatísticos não se atendo ao foco principal do problema que é a real condição social da grande maioria da população brasileira, o plano elaborado pela sociedade civil avalia com mais propriedade a realidade social avaliando os reflexos e a limitação de verbas destinadas aos projetos de desenvolvimento da educação brasileira.

A educação infantil é o primeiro passo dentro da educação básica, é através dela que se forma a personalidade, a inteligência, e todo o lado emocional do jovem. Essa educação vem desde a família até as instituições que propiciam aos jovens condições de se integrar não só a sociedade como ao mercado de trabalho. As instituições de educação infantil são cada vez mais necessárias, como complementares à ação da família, o que já

foi afirmado pelo mais importante documento internacional de educação deste século, Declaração Mundial de Educação para todos (Jomtiem, Tailândia, 1990).

Segundo o artigo 208, IV, da Constituição Federal, a educação infantil é um direito de toda criança e uma obrigação do estado. A criança não está obrigada a frequentar as instituições de educação infantil, mas sempre que a família precisar, o poder público deve atender as necessidades das famílias. Segundo as experiências a cerca das instituições de educação infantil, o atendimento as crianças tem efeitos positivos no desenvolvimento humano, o problema é que a realidade social latente hoje no país não fornece as famílias condições de se estabelecer e nem mesmo dar condições de estudo e estrutura familiar capazes de dar ao menor uma condição de crescimento para que ele possa competir num mercado cada vez mais escasso.

A prática governamental contudo, não tem correspondido ao espírito da constituição, quanto a concepção da educação básica. Nos últimos anos a educação brasileira sofreu grandes alterações especialmente no campo institucional, através da reforma constitucional com a implementação da emenda 14; aprovação das leis 9394/96 e 9424/96 e de outras legislações oriundas dos poder executivo como decretos, medidas provisórias, avisos ministeriais entre outros.

No seu conjunto essa legislação representa um grande retrocesso em relação a educação básica, especialmente a de jovens e adultos com pouca ou nenhuma escolaridade e da população em idade pré-escolar.

3.2.2 Educação Fundamental

De acordo com a Constituição Brasileira, o ensino fundamental é obrigatório e gratuito. O art 208 preconiza a garantia da sua oferta, mesmo para as crianças que não estejam na idade própria. A lei de diretrizes e bases da educação nacional, em seu art. 32 prioriza para toda a população o direito ao pleno domínio da leitura, da escrita e das ciências básicas, pois é partir deles que se consegue dar ao cidadão condições de interagir na sociedade lhe proporcionando o desenvolvimento e crescimento pessoal.

Existe hoje um consenso sobre a educação fundamental no Brasil, as matrículas do ensino fundamental brasileiro superam a casa dos 35 milhões, número superior ao de crianças de 7 a 14 anos representando 116% dessa faixa etária. Isto significa que há muitas crianças matriculadas no ensino fundamental com idade acima de 14 anos, segundo dados

do MEC (Ministério da Educação e Cultura), o Brasil tem mais de oito milhões de pessoas nesta situação.

Segundo verificado no plano nacional de ensino elaborado pela sociedade civil houve uma restrição na Lei de Diretrizes e Bases, à obrigatoriedade da universalização e gratuidade do ensino fundamental pelo poder público, este fato vai de encontro às informações oficiais repassadas pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura), pois a realidade apresentada pelo órgão não fornece a informação do retrocesso ocorrido com a implementação de leis e emendas constitucionais que vem retirando do poder público a obrigação de fornecer condições de ensino e estrutura educacional adequada (espaço físico, salas de aula, professores, material didático, etc.) aos alunos e famílias que necessitam da escola pública. Em 1997 houve um aumento do valor destinado pelo governo para cada aluno da escola pública passando de R\$ 25,00 Reais para R\$ 26,25 Reais por mês, este valor significa um gasto de R\$ 1,19 Reais por dia por aluno. Com esse valor devem ser cobertas despesas com salários, material escolar, professores, manutenção de infraestrutura e mesmo com esta quantia irrisória o governo ainda vem limitando os seus gastos para educação.

É fato concreto que a exclusão da escola, de crianças na idade própria, seja por descaso ou por falta de uma política educacional consistente, ou até mesmo por omissão das famílias e da sociedade, acaba se tornando a forma mais perversa de exclusão social, pois tira das pessoas o direito elementar de cidadania, fazendo com isso que haja um aumento do círculo da pobreza e principalmente da marginalidade, fazendo com que milhões de brasileiros fiquem fora de qualquer perspectiva de futuro, principalmente numa sociedade competitiva e que necessita-se de qualificação profissional para conseguir se inserir no mercado de trabalho.

Tabela 2 – Taxas de Escolarização Bruta e Líquida na Faixa Etária de 7 a 14 anos Brasil e Regiões – 1991 e 1996

Região/Ano	População de 7 a 14 anos	Matrícula no ensino fundamental Total	Taxa Escolarização bruta	Matrícula no ensino fundamental 7 a 14 anos	Taxa de escolarização líquida %
Brasil					
1991	27.611.580	29.203.724	105.8	23.777.428	86.1
1996	28.525.818	33.131.270	116.1	25.909.860	90.8
Norte					
1991	2.248.157	2.246.339	99.9	1.780.876	79.2
1996	2.417.649	2.820.531	116.7	2.171.209	89.8

Região/Ano	População de 7 a 14 anos	Matrícula no ensino fundamental Total	Taxa Escolarização bruta	Matrícula no ensino fundamental 7 a 14 anos	Taxa de escolarização líquida %
Nordeste					
1991	9.010.532	8.650.474	96.0	6.528.914	72.5
1996	9.180.333	10.475.469	114.1	7.601.089	82.8
Sudeste					
1991	10.737.330	11.965.480	111.4	10.185.214	94.9
1996	11.127.665	12.958	116.5	10.558.852	94.9
Sul					
1991	3.811.860	4.201.369	110.2	3.589.194	94.2
1996	3.899.007	4.475.774	114.8	3.773.730	96.8
Centro-Oeste					
1991	1.803.701	2.140.062	118.6	1.693.230	93.4
1996	1.901.161	2.400.822	126.3	1.804.980	94.9

FONTE: MEC/INEP/SEEC e IBGE

Segundo análise efetuada na tabela, o índice de atendimento da faixa etária de 7 a 14 anos no ensino fundamental, aumentou 86% para cerca de 91% entre 1991 e 1996. Ainda sobre os índices da tabela percebe-se que as diferenças regionais estão diminuindo, segundo o governo isto se deve ao aumento da taxa de escolarização das regiões Norte e Nordeste, aproximando-se assim da média nacional. A diferença entre a taxa de alfabetização de adultos ainda é alta enquanto os estados do Sul possuem índices acima de 89%, os estados da região Norte e Nordeste amargam taxas inferiores a 64% , dados estes fornecidos pelo IBGE.

Se observarmos as diferenças regionais no atendimento específico ao ensino fundamental, chegaremos a conclusão que existe uma diferença entre as regiões do país como segue na tabela abaixo:

Quadro 3 - Matrículas do ensino fundamental e distribuição da população no Brasil

Região	Matrícula	População de 7 a 14 anos
Norte	5,0%	3,8%*
Nordeste	22,7%	33,4%
Sudeste	49,4%	4,9%
Sul	16,4%	14,4%
Centro-Oeste	7,4%	7,3%

FONTE: IBGE/MEC

Os dados revelam que o nordeste exigirá medidas complementares considerando além da repetência e da evasão escolar causada pela falta de estrutura familiar, o não atendimento de aproximadamente 10% das crianças de 7 a 14 anos que estão fora da escola. Coerente com a perspectiva da necessidade de o Plano Nacional de Ensino apresentar, complementarmente, proposições específicas para regiões e níveis de modalidades de ensino, considere-se que no nordeste a taxa média de analfabetismo de crianças de 10 a 14 anos atinge 33%, chegando esta taxa a 40% entre os meninos. Essas disparidades são encontradas em todos os níveis de ensino. Por exemplo, nos estados mais pobres do país entre 10% e 15% dos jovens matriculados concluem o ensino médio, contra cerca de 20% da média nacional e cerca de 30% dos estados mais ricos.

Segundo o MEC (Ministério da Educação e Cultura), o número de crianças de 7 a 14 anos efetivamente matriculadas em algum nível de ensino, o que inclui algumas que estão na pré-escola, outras que freqüentam classes de alfabetização, além de uma parcela muito reduzida que já ingressou no ensino médio, a taxa de crescimento entre 1991 e 1998, cresceu de 91,6% para 95%. Estes dados segundo o MEC (Ministério da Educação e Cultura), são animadores, mais esta propaganda efetuada pelo governo não revela a real situação da educação fundamental e também não assegura a universalização do ensino fundamental como insiste o governo.

Existe, de acordo com o MEC, (Ministério da Educação e Cultura), um número excessivo de matrículas do ensino fundamental, mas se por um lado o número de matrículas no ensino fundamental é alto o tempo de permanência dos alunos na escola é muito alto, este fato decorre principalmente das distorções da idade série está ligado ao alto índice de reprovação e também a falta de condições das famílias em manter uma criança na escola, fazendo com isso que a sua idade escolar acabe passando, e a faixa etária correspondente a cada série fique comprometida. Segundo o censo escolar de 1996, mais de 46% dos alunos do ensino fundamental tem idade acima da idade regular, e na região nordeste essa situação é pior, chegando a 64% o índice de distorção. Esse problema dá a exata dimensão do grau de inoperância do sistema educacional do país, os alunos levam em média 10,4 anos para completar as oito séries do ensino fundamental.

Para se ter uma base do problema, podemos nos situar através do levantamento apresentado no plano nacional de ensino elaborado pela sociedade civil, neste documento podemos verificar que nem toda população de 7 a 14 anos está matriculada e a que freqüenta a escola não está necessariamente na série adequada á sua faixa etária, outro ponto verificado é que embora o poder público alegue dificuldades para precisar os

números, a realidade mostra que os índices de repetência e evasão escolar são muito grandes, em 1995 o número de reprovações chegou a 5 milhões segundo dados do MEC/INEP, este problema pode ser dimensionado pelo número de crianças e adolescentes que constituíam parte da população ocupada e que cumpriam jornada de até oito horas de trabalho.

Além de indicar atraso no percurso escolar, a pesquisa mostra que as distorções da idade, ou seja, alunos que estão com idade acima da idade correspondente da série em curso acabam por se tornar um dos principais motivos pela evasão escolar, aliado a isso a condição social da maioria dos alunos das escolas públicas, tem feito com que muitos alunos trocassem as salas de aula por empregos fazendo com que haja um aumento da exploração do trabalhador principalmente devido à baixa escolaridade.

O tempo excessivamente longo dos alunos no ensino fundamental provoca custos adicionais ao sistema educacional, este é um fator que tem feito com que as escolas utilizem uma forma pouco condizente de aprovação, ou seja, as escolas passaram a aprovar os alunos sem a devida avaliação, apenas para que os mesmos possam concluir o ensino fundamental. A correção desta situação constitui uma prioridade da política educacional. O ingresso no ensino fundamental no Brasil ainda é tardio em relação aos demais países inclusive da América Latina, e a baixa qualidade de ensino permite que poucos alunos tenham acesso ao ensino superior e não respondem às necessidades de preparo para a inserção no mercado do trabalho.

A existência de crianças fora da escola e as taxas de analfabetismo estão estreitamente associadas. Trata-se, em ambos os casos, de problemas localizados, concentrando-se em bolsões de pobreza existentes nas periferias urbanas e nas áreas rurais, esta visão do governo não analisa a real situação da população de baixa renda, pois a população que não tem acesso à escola não está apenas nos bolsões de pobreza e nas áreas rurais, hoje esta população é vista em todos os locais tanto nas pequenas como nas grandes cidades.

Segundo o MEC (Ministério da Educação e Cultura) o fato de ainda haver crianças fora da escola não tem como causa o déficit de vagas, mas sim está relacionado à precariedade do ensino e às condições da exclusão e marginalidade social em que vivem segmentos da população brasileira, não adianta portanto abrir vagas sem que se haja um programa social capaz de dar as famílias condições de encaminhar as crianças para a escola, e também manter a permanência nela, pois as famílias carentes dependem mesmo que de forma inadequada do trabalho infantil para a sua subsistência.

É consenso que para que se possa adentrar ao mercado de trabalho e fazer com que os jovens tenham acesso à escola, existe a necessidade de melhoramento das condições sociais e também da estruturação física e profissional das escolas, dando ao aluno não só a condição do ensino básico, mas também atividades artístico culturais, esportivas, recreativas e a adequação de equipamentos, é necessário avançar nos programas de formação e qualificação de professores, oferecendo cursos de habilitação a todos os profissionais integrados no processo de formação do estudante.

Mas para que estes objetivos sejam alcançados é preciso que haja empenho das autoridades competentes em fazer cumprir o que foi designado na Constituição Federal na Lei de Diretrizes e bases para a educação Brasileira, pois para a erradicação do analfabetismo e a universalização do ensino fundamental, municípios, estados, União e também a classe empresarial devem trabalhar unidos mesmo que os objetivos sejam opostos.

Segundo o conteúdo constante no plano nacional de educação proposto pela sociedade nacional, a União deveria por um prazo de dez anos destinar 50% dos seus recursos vinculados, visando atingir a meta proposta, ou seja, a erradicação e a universalização do ensino fundamental.

O dispositivo nunca foi respeitado e foi retirado da Constituição Federal sob o pretexto de que estava inviabilizando o ensino superior, mas se esta informação fosse realmente verdadeira a universidade brasileira não estaria atravessando uma fase de profundos cortes orçamentários.

Apesar do ensino fundamental ser supostamente o nível priorizado, em termos de alocação de recursos, persistem problemas de acesso ao acesso de alunos no nível fundamental. Além disso, a permanência na escola é muito baixa para um país que pretende superar seus problemas de desenvolvimento social e econômico, e para que isso aconteça não adianta apenas garantir o acesso e a permanência do aluno na escola, é preciso que eles estejam associados a um permanente pela qualidade, pois quanto maior for o tempo do aluno na escola tanto mais substantiva deve ser a qualidade do ensino para que o mesmo possa se integrado a sociedade com condições de lutar por uma vaga no mercado de trabalho.

O plano nacional de educação elaborado pela sociedade tem propostas para o ensino fundamental que atingem diretamente o real problema da educação brasileira, ao contrário do governo que cada vez mais tem a intenção de tirar das suas costas a responsabilidade do ensino público e gratuito.

A proposta do Plano nacional de educação tem com intuito garantir o acesso ao ensino fundamental gratuito dos que não freqüentaram a escola na idade esperada, fiscalizando as decisões através de mecanismos de controle social, além disso adequar o ensino noturno às necessidades dos alunos, pois muito alunos cumprem jornada de oito horas diárias, esta adequação de horários seria feita através da compatibilização de horários, opções programáticas e metodológicas diferenciadas das classes diurnas, distribuição harmônica do tempo, acesso a todos os recursos pedagógicos da escola, precisa-se simplificar o trabalho pedagógico pois muitos conteúdos são meramente informativos e desconectados da realidade dos estudantes.

Além das propostas citadas, o plano nacional de ensino propõe que seja assegurada a formação específica para o magistério como experiência mínima para o exercício profissional, e investir na formação permanente e continuada dos trabalhadores do ensino fundamental, como um direito coletivo constante na própria jornada de trabalho, reforçar o projeto político-pedagógico da escola, como a própria expressão da organização educativa da unidade escolar. Essa organização deve orientar-se pelos princípios democráticos e participativos, materializados na formação dos conselhos escolares e na escola de dirigentes da comunidade escolar, além de ampliar as condições de infraestrutura para fornecer condições de trabalho pedagógico de qualidade.

É certo que para atingir estas metas propostas pelo plano nacional de ensino elaborado pela sociedade, deve-se haver o interesse do governo em fazer primeiro cumprir os artigos dispostos na constituição federal, e trazer para si a responsabilidade do ensino gratuito e de qualidade.

3.2.3 Ensino Médio

O ensino médio é a etapa final da educação básica, a reforma do ensino médio é a que melhor traduz a submissão do governo e do sistema educacional brasileiro às exigências de organismos internacionais que “financiam” a manutenção do atraso científico e tecnológico do país.

A situação do ensino médio no Brasil é preocupante devido ao descaso e as políticas ambíguas e descontinuas, processo da desestruturação e do sucateamento da educação brasileira, mesmo que os dados estatísticos fornecidos pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura) demonstrem que os concluintes do ensino fundamental começam a

chegar à terceira etapa da educação básica em um número um pouco maior a cada ano, as reformas previstas na legislação apontam para o agravamento da situação.

Fundamentalmente a proposta é a de separar das duas redes de ensino, uma destinada à formação acadêmica e outra, à formação profissional em que pelos frágeis mecanismos de articulação previstos, vislumbra-se a dicotomia histórica que tem marcado o ensino médio. De um lado a educação voltada para a formação da elite, e por outro lado, aquela voltada aos que ingressam precocemente no mundo de trabalho.

Segundo o levantamento efetuado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 1997 acusou uma população de 16.580.383 habitantes na faixa etária de 15 a 19 anos. Estavam matriculados no ensino médio, no mesmo ano, 5.933.401 estudantes. Significa que, idealmente, se o fluxo escolar fosse regular, o ensino médio comportaria bem menos que metade de jovens desta faixa etária. Isso é muito pouco principalmente porque as melhores posições no mercado de trabalho exigem maior qualificação e por conseqüência um nível maior de escolaridade.

A situação do ensino médio agrava-se no sentido de que os cálculos das taxas de atendimento desta faixa etária são pouco confiáveis, por diversas razões, principalmente porque devido ao excessivo número de repetentes no ensino fundamental, os jovens chegam ao ensino médio bem mais velhos, ficando assim fora da estatística apresentada, e também porque há um grande número de adultos que volta a escola anos depois de concluir o ensino fundamental.

Em virtude destas condições, o ensino médio atende majoritariamente jovens e adultos com idade acima da prevista para este nível de ensino (tabela 2), devendo-se supor que já estejam inseridos no mercado de trabalho. De fato os 6.968.531 alunos do ensino médio em 1998, 54,8% ou seja 3.817.688 – estudam à noite.

O número reduzido de matrículas no ensino médio – apenas 30,8 % da população de 17 anos não se explica; entretanto, por desinteresse do Poder Público em atender a demanda, a oferta de vagas na 1ª série do ensino médio tem sido constantemente superior ao número de egressos da 8ª série do ensino fundamental, esta visão do governo é distorcida frente a sua passividade em relação a não aplicação das Leis previstas na Constituição Federal de 1988 e na LDB (Leis de Diretrizes e Bases) pois os recursos destinados a ampliação de vagas e a redução dos altos níveis de evasão e repetência permanecem na casa de 10% de recursos estaduais vinculados.

Outra visão distorcida do governo se dá de forma errônea com relação aos concluintes do ensino fundamental, pois para o governo no máximo 25% dos alunos que

concluirão o ensino fundamental prosseguirão seus estudos, desconsiderando assim os alunos que já concluíram os estudos e não conseguiram dar prosseguimento, quer seja pela falta de tempo devido à necessidade de trabalho ou devido realmente ao déficit de vagas, pois normalmente os alunos que já se encontram inseridos no mercado de trabalho precisam de horários flexíveis para conciliar o estudo com o trabalho, esta falta de flexibilidade e de vagas em horário alternativo, ou seja, principalmente no período noturno resultam elevados índices de repetência e evasão.

Outro dado importante no relatório do MEC (Ministério da Educação e Cultura), refere-se aos alunos que iniciavam e concluíam o ensino médio na corte 1970-1973, 74 % dos que iniciavam o ensino médio conseguiam concluí-lo na corte 1977-1980, este índice caiu para 50,8 %, na de 1991-1994, para 43,8%.

Causas externas contribuem para que os estudantes abandonem o sistema educacional estas causas estão diretamente relacionadas a situação social dos alunos de escolas públicas que tem que conciliar a necessidade familiar de subsistência com a seqüência do ensino regular fazendo com isso que haja um aumento dos índices de reprovação e evasão escolar.

O governo aposta na flexibilização curricular, como instrumento de reforma do ensino médio e na separação entre o acadêmico e o técnico, como solução para a profissionalização nesse nível de ensino, o governo pretende implementar mudanças sem custos em um dos níveis de escolarização com problemas crônicos acumulados ao longo das décadas.

Outro aspecto da reformulação do ensino médio que causa profunda apreensão é a vinculação quase linear da educação básica às necessidades e demandas econômicas e mercadológicas. Somada à racionalização e à otimização da oferta de vagas, sob a alegação da redução dos fundos públicos e da relação custo-benefício, tal diretriz trará graves conseqüências à rede do ensino técnico federal. Apesar da reconhecida qualidade dos cursos oferecidos pelas escolas técnicas federais, tanto pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura) como pelo próprio Banco Mundial, que condiciona seus investimentos e exigem sua transformação para flexibilizar, diversificar e ampliar as vagas, com vistas as formação superficial para atender as necessidades emergentes e mutáveis dos setores produtivos, as medidas sinalizam para a desarticulação do ensino técnico em nível médio.

Desagregados por regiões, os dados da repetência e abandono, ao lado das taxas de distorção idade-série, permitem visualizar – na falta de políticas específicas, ou seja, políticas que forneçam condições para o aluno não apenas se matricular na escola, mas que

possa fazer com que o aluno prossiga até a conclusão do ensino médio- em que região haverá maior percentual de alunos no ensino médio, em idade pedagogicamente correta.

Tabela 3 – Ensino Médio – Taxa de Abandono e Reprovação 1995 e 1997

REGIÕES	1995			1997		
	Abandono	Reprovação	Total	Abandono	Reprovação	Total
Brasil	21,6	10,1	31,7	13,7	7,5	21,2
Norte	32,2	10,9	33,1	26,0	7,7	33,7
Nordeste	26,6	10,1	36,7	18,1	7,5	25,6
Sudeste	19,3	9,1	28,4	10,9	6,3	17,2
Sul	16,5	12,7	26,2	10,0	10,0	20,0
Centro-Oeste	23,4	12,1	35,5	16,2	10,1	26,3

FONTE: MEC/INEP/SEEC

A tabela abaixo mostra as distorções idade série, como segue:

Tabela 4 – Ensino Médio – Taxa de Distorção Idade-Série 1996-1998

Regiões	Total Geral	1º Série	2º Série	3º Série	
Brasil					
	1996	55,2	57,7	54,6	51,0
	1998	53,9	56,4	52,8	51,3
Norte					
	1996	74,8	77,2	73,2	71,8
	1998	73,2	75,6	71,9	70,0
Nordeste					
	1996	69,6	72,6	68,8	64,7
	1998	69,5	72,3	68,4	66,0
Sudeste					
	1996	50,0	52,2	49,8	46,3
	1998	48,4	49,7	48,0	47,1
Sul					
	1996	41,4	43,3	41,4	37,6
	1998	39,1	41,6	36,6	36,2
Centro-Oeste					
	1996	58,9	62,4	57,5	53,4
	1998	57,7	60,8	55,9	53,9

FONTE: MEC/INEP/SEEC

O ensino médio brasileiro foi o nível de ensino que apresentou a maior taxa de crescimento nos últimos anos, em todo o sistema. Apenas de 1991 a 1998, a matrícula de

3.770.230 para 6.958.531 alunos, de acordo com censo escolar, o que está claramente associada a uma recente melhoria do ensino fundamental e à ampliação do acesso ao ensino médio, já ocorrido. Nos próximos anos, como resultado do esforço que está sendo feito para elevar as taxas de conclusão da 8ª série, a demanda por ensino médio deverá se ampliar de forma explosiva, conforme estimativas feitas pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura).

Tabela 5 – Educação Básica: 1995 – 2010(em mil)

Ano	Total	Fundamental		Médio
		1ª a 4ª	5ª a 8ª	
1995	32.544	20.041	12.503	5.313
1996	33.131	20.027	13.104	5.739
1998	35.488	21.164	14.325	6.962
2000*	35.439	20.151	15.288	8.774
2002*	34.947	19.282	15.666	10.020
2004*	34.253	18.562	15.691	10.297
2005*	33.879	18.255	15.624	10.383
2008*	32.813	17.552	15.261	10.446
2010*	32.225	17.245	14.980	10.369

FONTE: MEC/INEP/SEEC (*) Dados Estimativos

No momento o aumento da demanda do ensino médio é apenas uma meta a ser alcançada, pois sem o cumprimento das diretrizes dispostas na Constituição Federal a perspectiva de ampliação e da qualidade do ensino médio torna-se praticamente inviável.

Este aumento da demanda esta relacionada com aprovação direta do aluno sem a devida avaliação e qualificação, com isso os números apresentados pelo governo realmente pode ser alcançado mesmo que este aumento seja às custas da baixa qualidade, é certo que a escola pública passou a ser vista por números e estatísticas sem se ater ao principal fundamento da educação, que é dar ao aluno conhecimento suficiente para sua inserção na vida social e no mercado de trabalho.

O aumento lento, mas contínuo, do número dos que conseguem concluir a escola obrigatória, associada à tendência para a diminuição da idade dos concluintes, vai permitir que um crescente número de jovens ambicione uma carreira educacional mais longa, assim a demanda elo ensino médio – terceira etapa da educação básica – vai compor-se, também, de segmentos já inseridos no mercado de trabalho, que inspirem melhoria social e salarial e precisem dominar habilidades que permitem assimilar e utilizar para fins profissionais num mundo em constante transformação.

Segundo o PNE (Plano Nacional de Educação) elaborado pela sociedade civil, o governo para atingir suas metas de ampliação do acesso ao nível médio e, por conseguinte sua conclusão, deve garantir o acesso gratuito aos alunos que não tiveram acesso na idade regular e dos portadores de deficiência física provendo-se os recursos necessários e fiscalizando as providências através de mecanismos de controle social e adequar o ensino noturno às necessidades de horários, opções programáticas e metodológicas e diferenciadas das classes diurnas, além de garantir ao aluno o acesso a todos os recursos tecnológicos da escola.

Preparando jovens e adultos para os desafios da modernidade, o ensino médio deverá permitir aquisição de competências relacionadas ao pleno exercício da cidadania e da inserção produtiva: percepção da realidade social, domínio de aptidões básicas de linguagens, capacidade de observar, enfim atributos que possam fazer de jovens e adultos não apenas um mero participante na sociedade, mas sim um membro efetivo da mesma, contribuindo não só com a mão-de-obra, mas também com idéias e habilidades que possam incorporar valores sociais e profissionais.

Mas para que este objetivo seja alcançado deve-se combater as parcerias que condicionam investimentos apenas à obtenção de resultados imediatos e atrelados, exclusivamente a formação de mão de obra, pois muitas empresas investem no ensino médio formando o estudante para atender as suas necessidades, além disso é de grande importância a retomada da discussão acerca da reforma do ensino médio tendo como ponto principal a formação integral e a articulação dos diferentes níveis e modalidades de ensino.

As melhorias no que tange o ensino médio devem estar associadas de forma clara, as diretrizes que levam à correção do fluxo de alunos na escola básica, corrigindo as distorções de idade-série que ainda atinge índice muito elevado.

É certo que mesmo com as distorções existentes no ensino médio, o investimento nesse nível de ensino é fundamental para que se possa dar ao estudante condições de lutar por uma vaga no mercado de trabalho, este investimento não deve ser apenas para a conclusão deste nível de ensino, ele deve conter subsídios que permitam ao aluno além da conclusão o seu prosseguimento na vida educacional, através da educação e da qualificação profissional o país conseguirá dar saltos não só de produtividade mas também irá auxiliar na qualidade de vida das falidas massas sociais.

3.2.4 Educação Superior

A educação superior enfrenta no Brasil, sérios problemas com a falta de uma política de apoio e mais de uma política que promova sua renovação e desenvolvimento, atualmente, os cerca de 1,5 milhões de jovens egressos no nível médio têm à sua disposição um número razoável de vagas.

Tabela 6 – Ensino Superior no Brasil – 1998

Ensino Superior	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular
Instituições	973	57	74	78	764
Cursos	6.950	1.338	1.125	507	3.980
Ingressantes	651.353	89.160	67.888	39.317	454.988
Vagas Oferecidas	776.031	90.788	70.670	44.267	570.306
Vagas não preenchidas	124.678	1.628	2.782	4.950	115.318

FONTE: MEC/INEP/SEEC

Entretanto, o aumento das exigências do mercado de trabalho, além das políticas de melhoria do ensino médio, além das políticas de melhoria do ensino médio, prevê-se uma explosão na demanda por educação superior. A matrícula no ensino médio deverá crescer nas redes estaduais, sendo provável que o crescimento seja oriundo das camadas mais pobres da sociedade, Isto é haverá uma demanda crescente de alunos carentes por educação superior.

A matrícula nas instituições de ensino superior vem apresentando um rápido crescimento nos últimos anos. Apenas em 1998, o número total de matriculados saltou de 1 milhão e 945 mil, em 1997, para 2 milhões em 1998, houve portanto, um crescimento de 9% (índice igual ao atingido na década de 80), este crescimento não se deve principalmente a necessidade de dar ao acadêmico condições de desenvolvimento intelectual e profissional, mas sim ao grande número de Universidades particulares que se instalaram aos montes por todas as localidades não se atendo a qualificação profissional do estudante.

É importante ressaltar que a manutenção das atividades típicas das universidades – ensino, pesquisa e extensão – que constituem o suporte necessário para o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural do país, não será possível sem o fortalecimento do setor público. Paralelamente, a expansão do setor privado deve continuar desde que garantida a qualidade.

A manutenção das atividades de ensino pesquisa e extensão na atual condição do ensino superior no Brasil é possível de ser realizado no ensino privado, já que a Lei 9394/96, desconsiderou a prerrogativa constitucional da autonomia universitária, subordinando a universidade a um modelo e aos interesses de setores hegemônicos representados pelo estado. Rompeu também, com o princípio da indissociabilidade entre ensino pesquisa e extensão ao criar outras modalidades de instituições de ensino superior ao extinguir o regime de dedicação exclusiva em alguns casos.

Existe ainda na educação superior no Brasil, uma distribuição de vagas muito desigual por região, o que precisará ser corrigido, esta desigualdade resulta da concentração das matrículas em instituições privadas das regiões mais desenvolvidas. O setor público está mais bem distribuído e cumpre assim a importante função de diminuição das desigualdades regionais; é importante observar que o crescimento do setor público se deveu nos últimos anos, à ampliação do atendimento nas redes estaduais.

Segundo análise da educação superior no Brasil apresentada no Plano Nacional de Ensino proposto pela sociedade civil, o Brasil possui um baixo percentual de estudantes no nível superior em comparação com a realidade de países latino-americanos, em especial com a Argentina. Enquanto no Brasil, para cada 100 mil habitantes pouco mais de 1.000 habitantes estão no ensino superior equivalendo a 1% da população, na Argentina o número é de aproximadamente 3.300, ou seja, mais que o triplo do Brasil. Comparando com o Canadá para tomar como o exemplo um país desenvolvido essa relação é de 7.000 para cada 100 mil habitantes. Outro dado importante a ser verificada é que na faixa etária dos 18 aos 24 anos apenas 11% frequentam a universidade e desses apenas 3,5% estão matriculados em universidades públicas.

Ampliando a análise aos demais países da América Latina o Brasil apresenta um dos índices mais baixos de acesso ao ensino superior, mesmo quando se leva em consideração o setor privado, o Brasil continua em situação desfavorável frente ao Chile (20,6%), à Venezuela (26%) e a Bolívia (20,6%), enquanto no Brasil o ingresso ao ensino superior da população de 18 a 24 anos é de menos de 11%.

O Brasil deveria incluir em seu ensino superior cerca de 30 a 40% dos jovens ao invés dos 11% hoje incluídos, pois se hoje registra-se aproximadamente 1,7 milhões de matrículas (pouco mais de 500 mil em instituições públicas) e 250.000 mil conclusões anuais estas deverão passar a aproximadamente 4 milhões de matrículas e 550 mil conclusões anuais.

O descaso das políticas governamentais com o nível superior nas últimas décadas, tem-se explicitado de um lado através da redução dos concursos públicos para a reorganização dos quadros docentes e técnico-administrativo, redução de verbas e ausência dos repasses necessários para sua manutenção. De outro lado registra-se novamente o descaso com a indissociabilidade entre pesquisa e a extensão de serviços à comunidade nas universidades públicas paralelamente à ausência de controle das instituições privadas que mesmo oferecendo um ensino de qualidade duvidosa, respondem por cerca de 60% das matrículas.

No contexto, fica caracterizada a opção clara do governo pelo dismantelamento da educação superior pública e de qualidade, via privatizações e atrelamento às necessidades mercadológicas.

Nenhum país que queira aspirar o desenvolvimento pode crescer sem um forte sistema de educação superior. Mas para que haja a possibilidade do desenvolvimento educacional é necessário que sejam implementadas medidas de cunho unitário e de qualidade como: carreira unificada, isonomia salarial, estabilidade no emprego, estrutura curricular, regime de contratação, concurso público de provas e títulos para ingresso na carreira, critérios transparentes para aprovação de projetos de pesquisas, política de capacitação de técnicos e docentes entre outras medidas capazes de dar ao ensino superior público condições de auxiliar na formação profissional do estudante acadêmico.

Cabe ao estado dar condições sociais e educacionais para a sua população a fim de colocar o país em condições de atender as exigências do novo milênio, encontrando soluções para os problemas atuais em todos os campos da vida e da atividade humana abrindo uma perspectiva de futuro para a sociedade, reduzindo as desigualdades e aumentando as possibilidades de se ter um futuro melhor.

Para que o ensino superior consiga atingir este objetivo de dar a sociedade a condição de aspirar um futuro melhor, deve-se contar com um conjunto diversificado de instituições que atendam as diferentes demandas e funções, e que suas atividades possam estar voltadas a estratégias capazes de auxiliar no desenvolvimento do país, e na redução das desigualdades regionais e sociais.

No mundo atual em que o Brasil é refém dos países desenvolvidos, as rápidas transformações da economia mundial refletem diretamente na economia nacional e destinam à educação em especial a superior o desafio de reunir em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, condições para que se possa superar as desigualdades sociais.

Universidades constituem, a partir da reflexão e da pesquisa, o principal instrumento de transmissão de conhecimento ao ser - humano, sendo assim ela passa a ser fundamental ao desenvolvimento da sociedade Brasileira.

O governo tenta implementar através de Leis, Decretos, Medidas Provisórias, um novo modelo de universidade que em nada se identifica com a universidade crítica e autônoma, necessária ao enfrentamento dos desafios da inclusão social. Ele impõe um modelo de universidade submisso aos ditames do Banco Mundial concebido de forma pragmática e imediatista, voltada majoritariamente ao setor privado, a quem cabe delinear a formação de recursos humanos adequados à lógica e às necessidades do mercado.

Dentro de toda esta abordagem acerca do ensino Brasileiro em seus diversos níveis de ensino nos deixa claro que, para que se possa aspirar o desenvolvimento e o crescimento da população, é necessário que sejam feitas amplas reformas capazes de dar a sociedade menos favorecida a oportunidade de acesso ao conhecimento, e inovações que fazem parte do mundo atual, pois um país que sonha com o crescimento não pode se dar o luxo de abrir mão daquilo que tem de mais importante, o seu povo.

O plano nacional de educação proposto pela sociedade brasileira, tem o intuito de dar a população a condição de superar as dificuldades impostas pela falta de uma política social e educacional adequada.

O desrespeito com que é tratada a educação de jovens e adultos elucida cada vez mais o propósito do estado de “desresponsabilizar-se” da educação pública, gratuita e de qualidade também para essa grande parcela da população brasileira com mais de 15 anos que participa da produção de bens e serviços mais é sempre alijada de seus produtos e benefícios. Pode-se atribuir esta característica lesiva a educação brasileira a Lei 9424/96 que ao obrigar estados e municípios a investir prioritariamente no ensino fundamental regular tende a fazer com que cada vez menos o ensino seja preocupação do poder público, além disso com o investimento efetuado no nível fundamental a absorção do jovem no mercado de trabalho pelo setor privado acaba sendo mais expressiva e com isso limita o jovem de prosseguir os estudos, e diminui o acesso ao ensino superior facilitando ao governo a implementação de suas idéias de tirar das “suas costas” a responsabilidade do ensino público e de qualidade.

Para que se possa visualizar o quadro apresentado acima, podemos verificar que as táticas governamentais de contingenciamento de verbas para a universidade pública retornaram ao governo Fernando Henrique Cardoso através do Ministro da Educação Paulo Renato de Sousa, de modo ainda mais contundente, provocando um verdadeiro caos no

desenvolvimento das funções e no pagamento a fornecedores e serviços dos quais as universidades não podem prescindir. Não por acaso, projetos de Lei que propõem o pagamento de anuidades pelos estudantes são constantemente reapresentados, como o Projeto de Lei 126/97 que institui a cobrança de mensalidades escolares nas universidades públicas brasileiras.

A crise educacional brasileira tem-se agravado ao longo das décadas, o agravamento da crise vem sendo reforçado pelo conjunto das políticas públicas adotadas pelo governo brasileiro, as quais, vale esclarecer que os gastos com educação nos países da América latina tem sofrido uma redução, pois para o mentor intelectual da educação para América latina – o Banco Mundial – “exportar é o que importa”, ou seja, existe a necessidade de se produzir cada vez mais para atender as necessidades da economia mundial, e para atingir os ordenamentos dos órgãos de política econômica mundial, o governo acaba por reduzir os seus gastos não só com educação, mas em todos os projetos sociais efetuando cortes de despesas. Com isso o governo vem aos poucos eliminando dos seus “ombros” a responsabilidade que tem sobre toda a nação brasileira.

A educação brasileira em comparação com países que possuem a renda per capita equivalente tem apresentado números não muito animadores para um país que almeja sair do incômodo posto de país subdesenvolvido.

Tabela 7 - Comparação da situação escolar brasileira com países de renda per capita equivalente.

Países	Analfabetismo 10-14 anos	Taxa de engajamento Ensino no médio	Taxa de engajamento Ensino superior
Chile	3.0	70	23.3
África do Sul	33.4	71	13.9
Maurício	8.4	54	2.1
Estônia	0.1	91	23.4
Brasil	17.8	39	11.7
Malásia	15.0	60	7.3
Venezuela	4.7	34	29.5
Hungria	---	82	15.3
Uruguai	2.8	83	32.0

FONTE: Banco Mundial: Relatório sobre o desenvolvimento Mundial, 1994 - UNESCO: Statistical Yearbook, 1994

A tabela mostra que a taxa de analfabetismo infantil brasileira só não é pior que a da África do sul, que sofreu com os 46 anos de segregação racial. No ensino médio, a taxa

de engajamento brasileira está entre as piores nesse grupo de países, melhor apenas do que a da Venezuela. A situação do ensino superior brasileiro só é melhor do que a da Malásia, cuja história recente inclui uma ocupação militar pelo Japão entre 1939 e 1945 e o estatuto da colônia inglesa de 1957.

Existe hoje nos países em desenvolvimento, a necessidade e a obrigatoriedade de adaptação às políticas internacionais, ou seja, ainda há a necessidade de “prestar contas” dos gastos efetuados dentro do nosso país, na verdade é uma invasão sem fronteiras onde cada cidadão acaba por se tornar vítima das políticas econômicas mundiais, que nos remete ainda a era do colonialismo, mesmo passado um século do período de escravidão, a população brasileira ainda é vítima da exploração de mão-de-obra, e uma das formas de contra pôr este processo em evolução é investindo um volume maior do PIB (Produto Interno Bruto), na educação, e incentivando projetos na área social e econômica.

O que o PNE (Plano Nacional de Educação) elaborado pela sociedade civil sugere é que a partir do diagnóstico apresentado sobre a educação brasileira e da consideração do que ocorre em diversos países, seja efetuado um modelo de financiamento da educação que permita incluir milhões de crianças na educação infantil: recuperar o atraso educacional acumulado em nosso país, universalizar o ensino fundamental em todo o território nacional; expandir o ensino médio, levando em conta as necessidades e possibilidades econômicas, de forma a atingir o equivalente a 110% da faixa etária esperada, o acesso de milhões de jovens e adultos que não tiveram escolarização na idade esperada; que permita expandir para cerca de 40% o ensino superior até um patamar comparável como de países de igual potencial econômico a fim de angariar maiores investimentos na pós graduação de forma a ampliar a capacidade de produção acadêmica e científica.

Para que se consiga atingir os objetivos de universalização e expansão dos níveis de ensino da educação brasileira o PNE (Plano Nacional de Ensino) proposto pela sociedade civil, prevê o seguinte custo estimado em relação ao PIB (Produto Interno Bruto).

Tabela 8 - Gastos com programas educacionais propostos, em percentuais do PIB

Estimativa de anos	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Erradicação do Analfabetismo	Ensino Médio	Ensino Superior	Pós Graduação
Início: 1998	0,8	3,9	0,4	0,6	0,3	0,9
Após 10 anos	1,5	2,2	1,0	1,7	1,2	1,5

FONTE: MEC/INEP/SEEC

O total de gastos seria da ordem de 10% do PIB, valor bastante próximo ao que foi ou tem sido gasto por países que superaram, ou estão superando, atrasos educacionais graves como é o caso do Brasil. Posteriormente, é possível uma redução ainda mais significativa atingindo patamares equivalentes aos países que superaram dificuldades acumuladas e que mantêm padrões escolares aceitáveis.

As despesas estimadas incluem apenas as despesas correntes, estando excluídas as despesas de capital. Essas últimas deverão elevar o total das despesas nos anos iniciais, além disso o PNE (Plano Nacional de Educação) inclui nesta proposta a criação de um organismo que possa fazer continuamente uma avaliação sistemática, minuciosa, técnica e pedagogicamente corretas durante todo o processo de implantação do plano, quer quanto ao desenvolvimento quantitativo, quer quanto ao desenvolvimento qualitativo. Tal organismo deve contar com autonomia plena, orçamento e infra - estrutura adequadas. Esse acompanhamento deve incluir tanto os aspectos ligados à formação escolar, à formação de profissionais da educação, bem como a origem, fluxo e destino de recursos, além de divulgação pública dos resultados obtidos.

Além das propostas citadas nos parágrafos acima o plano através de medidas inteiramente voltada ao desenvolvimento da educação brasileira propõe a implantação de um sistema de dotação orçamentária global, como suplementação automática de modo a compensar possíveis desvalorizações monetária ao longo do exercício financeiro; expandir a rede pública de educação superior assegurando-se recursos para o pleno aproveitamento da capacidade física instalada para a pesquisa ensino e extensão, além de estabelecer uma política de expansão das instituições, cursos e vagas que diminua as desigualdades que existem entre as diferentes regiões do país.

Outro ponto importante proposto pelo plano vem no sentido de dar garantias as condições de desenvolvimento acadêmico do estudante universitário e garantir o fluxo contínuo de recursos financeiros para o desenvolvimento de projetos de ciência & tecnologia.

O PNE (Plano Nacional de Educação) propõe ainda que seja avaliando o impacto da introdução de novas tecnologias com debate constante sobre a relação universidade e empresas, na área de preparação do aluno através de estágios, ponto este que é o tema central da execução deste trabalho.

É certo que o quadro de exclusão social e educacional até aqui apresentado define a falta de responsabilidade do governo com a educação, principalmente pela tentativa cada vez mais evidente de redução da responsabilidade do estado com a educação, fazendo com

isso que, as Leis de Diretrizes e Bases firmadas não só nos Decretos mais também na Constituição Federal deixem de ser cumpridas.

Mas para que estes projetos sejam levados à frente é necessário que haja uma interação maior entre as políticas econômicas e sociais, pois a educação brasileira é espelho da falta de organização e de interesse daqueles que deveriam ver na educação um forma de crescimento não só social, mas também econômico, pois uma nação com um bom nível de educação é capaz de superar os problemas existentes em seu território.

4 ESTÁGIO OU SERVIÇO TEMPORÁRIO

4.1 Mudanças na estrutura da economia brasileira

Durante a década de 90 o Brasil aumentou a dependência junto aos organismos internacionais e países desenvolvidos, o país foi e continua sendo envolvido pela onda de Globalização imposta pelos países ricos. A principal característica deste processo é a integração dos mercados mundiais com a exploração de grandes empresas multinacionais. Junta-se a isso a grande revolução tecnológica com o uso cada vez maior de telefones, computadores e televisão e a uniformidade das informações com o surgimento da Internet e dos canais por assinatura, com isso os países passam a interagir não só na economia e na política, como também na cultura. O aumento da concorrência internacional gerado pela Globalização obriga as empresas a cortarem custos diminuindo os preços, como os países mais ricos possuem altos salários, as empresas procuram instalar suas fábricas em locais que possuam mão-de-obra barata. Com isso há uma transferência de empregos dos países mais ricos para os mais pobres.

Diante dos acordos realizados entre o Brasil e os gestores de política internacional em especial o FMI (Fundo Monetário Internacional), a economia brasileira passou a ser regida pela batuta do capitalismo internacional, fazendo com que tenhamos fiscalização constante por parte dos países desenvolvidos e o FMI. Dentre as principais imposições dos organismos internacionais, está o corte nos gastos do governo e um rigoroso ajuste fiscal, com isso não só o setor público, mas toda a sociedade vem sofrendo com perdas constantes, junta-se a isso a falsa realidade imposta pelo governo, que apresenta índices fantasiosos de inflação, emprego e crescimento econômico.

Se o país está crescendo em um ritmo sustentável com uma inflação controlada e um baixo índice de desemprego como apresenta as estatísticas governamentais, estamos diante de fatos imperceptíveis, que a maioria da grande população brasileira ainda não conseguiu visualizar.

Diante das mudanças ocorridas na economia brasileira, a educação que era para ser o carro chefe em um processo de crescimento afim de fugir da dependência internacional, acaba sendo um fator que só agrava o problema, visto que as escolas públicas não oferecem um nível de ensino semelhante ao das escolas particulares. Com isso, o jovem que conclui o estudo em uma escola pública não tem as mesmas condições

de aprovação no vestibular em relação ao jovem oriundo de uma escola particular e acaba tendo que procurar emprego sem a devida qualificação.

Outra realidade que se faz presente na atual conjuntura social brasileira, refere-se ao alto índice de evasão escolar, esta situação é ocasionada em especial pela falta de empregos e oportunidades profissionais que praticamente não existem para os alunos oriundos das escolas públicas, e ainda em relação a evasão escolar, cabe ressaltar a necessidade do estudante no complemento da renda familiar, este sim é um dos motivos principais do esvaziamento das salas de aula. Em relação ao ensino superior particular podemos dizer que o mesmo virou um grande negócio, já que de 1996 até meados de 2002, foram implantadas 14 unidades de ensino superior na região da grande Florianópolis. Em contra partida mesmo sendo um dos principais centros de pesquisas tecnológicas do país, as Universidades Públicas sofrem com a falta de políticas educacionais e investimentos, que garantam o futuro do ensino superior público e gratuito no Brasil.

A crise econômica aliado às crescentes taxas de desemprego, tem aumentado a procura de estágios por parte de estudantes regularmente matriculados em escolas e colégios de primeiro e segundo grau, além de escolas técnicas e universidades, esta forma de ocupação tem como intuito principal fugir do desemprego mantendo-se ocupado em funções que poderiam auxiliar o estudante em seu futuro profissional.

O presente capítulo tem como objetivo principal, mostrar que os estágios servem não apenas para a qualificação profissional do estudante ou para que o mesmo fuja dos índices de desemprego, mas também mostrar que os estágios passaram a ser muito interessantes para as empresas e órgãos públicos que utilizam desta força de trabalho para reduzir gastos no caso das empresas particulares e suprir a falta de funcionários nas entidades públicas. Este fato torna-se claro à medida que as entidades contratantes negam-se a *fornecer informações mais detalhadas sobre as atividades do estagiário em seu ambiente de trabalho.*

É certo que em muitos casos o estudante executa função diversa a sua realidade estudantil e por tanto deveria estar sujeito à legislação competente, ou seja, sendo contratado como um trabalhador executando serviço temporário, ou mesmo efetivado de forma definitiva na função. Vejamos a seguir o que significa estágio e a forma como o mesmo é realizado em empresas e órgãos públicos.

4.2 O Estágio na Teoria

O estágio é uma atividade profissional que visa dar ao estudante suporte suficiente para a sua inserção na vida profissional, tendo o seu valor profissional reconhecido pelas empresas que premiam o estudante com a efetivação na função executada.

O CIEE (Centro de Integração Empresa Escola) uma das entidades que auxiliam o estudante na busca de uma vaga no mercado de trabalho, define a atividade de estágio como sendo:

Atividades de aprendizagem profissional, social e cultural aos estudantes pela participação em situações reais de trabalho, proporcionado por empresas, órgãos de administração pública e instituições de ensino, sempre sob a responsabilidade e coordenação da escola que pertence, para o desenvolvimento de atividades relacionadas a sua área de formação profissional. (CIEE, 2000).

O estágio é uma atividade regulamentada por legislação específica, no qual sua execução tornou-se motivo de preocupação desde meados dos anos 70 quando o então Ministro da educação o Sr. Rubem Ludwig redigiu uma carta que mais tarde originou a Lei 6,494/77, segue abaixo um pequeno trecho desta carta que já demonstrava com clareza a preocupação com o real valor dos estágios:

A demanda por estágios vem crescendo como decorrência da ampliação de vagas em todos os graus de ensino, devendo-se, portanto, buscar nas unidades escolares garantias necessárias para que o estudante não venha a ser utilizado como simples mão-de-obra ocasional, pouco ou nada acrescentando ao seu processo de formação técnico profissional e contribuindo para reduzir os níveis de absorção e remuneração profissional de áreas correspondentes, inibindo inclusive, o mercado para receber o recém formado. (Trecho da Carta, do Ministro Rubem Ludwig, dezembro de 1977)

A partir do encaminhamento da carta do Ministro Rubem Ludwig e da vigência da Lei 6.494/77, a atividade realizada por estagiários passou a ser regulamentada pelo Decreto 87.859/94 e pela MP 1.726/98, alterada pela MP 1.709-4, em seu artigo 1º e nos §1º, §2º, §3º, da CLT (Consolidações das Leis do Trabalho) que apresenta o seguinte conteúdo,

Art. 1º. As pessoas jurídicas de Direito Privado, os órgão da Administração Pública e as instituições de ensino podem aceitar, como estagiários, os alunos regularmente matriculados em cursos vinculados ao ensino público e particular. (red. Lei 8.859/94).

§1º Os alunos a que se refere o caput deste artigo devem, comprovadamente, estar freqüentando cursos de educação superior, de ensino médio, de educação

profissional de nível médio ou superior ou escolas de educação especial. (red. MP 1952-23, de 27.04.2000)

§2º O estágio somente poderá verificar-se em unidades que tenham condições de proporcionar experiência prática na linha de formação do estagiário, devendo o aluno estar em condições de realizar estágio, segundo disposto na regulamentação da presente Lei. (red. Lei 8.859/94).

§3º Os estágios devem proporcionar a complementação do ensino e da aprendizagem e ser planejados, executados, acompanhados e avaliados em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares (red. Lei 8.859/94).(CLT, Lei 6494/77).

A atividade realizada pelo estagiário não cria vínculo empregatício de qualquer natureza até a efetivação do estudante em funcionário do órgão contratante, enquanto isso, a legislação não prevê o recolhimento de FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), pagamento de 13º salário, férias e nem o recolhimento de encargos sociais como INSS e PIS, além de não ter multa rescisória em caso de dispensa por parte do empregador antes do término do contrato de estágio. Com isso o estudante fica submetido às decisões dos contratantes podendo ser desligado do trabalho a qualquer tempo do período de estágio sem qualquer ressarcimento.

Estas Leis e Decretos nos mostram a dimensão e a preocupação com o real valor do estágio. Mesmo com Leis e Decretos, ainda existe uma dificuldade muito grande para se fazer cumprir as normas que visam regular e dar condições do estagiário desenvolver suas atividades de modo que o aprendizado no período de serviço lhes sejam úteis para o seu futuro profissional.

O período de um estágio é variado, pois sua duração depende do interesse do empregador e também do estagiário, podendo ser interrompido ou prorrogado, sendo o tempo máximo de execução estimado em dois anos, passando este prazo cria-se o vínculo empregatício, com isso, caso o empregador deseje dispensar os serviços do estagiário, terá que lhe remunerar de acordo com a legislação trabalhista em vigor.

A remuneração do estágio é estabelecida pela empresa ou órgão contratante, não podendo ser confundida com salário já que o estágio não é emprego, sua remuneração mensal tem a denominação de bolsa-auxílio, que é o valor pago ao estagiário pela execução da função, esta bolsa é fornecida ao aluno com intuito de auxiliar o mesmo nas despesas escolares e pessoais.

O estágio quando bem efetuado serve de qualificação profissional, e de crescimento intelectual ao aluno, auxiliando o estudante no desempenho de suas atividades e também na aplicação da teoria aprendida nas universidades, permitindo com isso que o

aluno possa avaliar o acerto da escolha profissional ou suprir as deficiências da sua formação escolar.

4.3 Estágio na Prática

As transformações ocorridas no cenário econômico brasileiro na década de 90 aprofundaram o processo de internacionalização da economia nacional fazendo com que a procura por um lugar no mercado de trabalho seja disputada por uma grande quantidade de pessoas ativas, mas que em muitos casos não possuem os requisitos solicitados pelas empresas e órgãos contratantes.

É certo que nos dias atuais, não só os veículos de comunicação mas também as entidades governamentais tem se preocupado com questões como estabilização da moeda, controle cambial, controle da inflação deixando de lado problemas verdadeiramente concretos como o desemprego e a má distribuição da renda. Na verdade seja qual for o motivo: globalização, mecanização da agricultura – sendo que este último traz consigo o êxodo para o meio urbano - e a crescente automatização das indústrias, o fato é que vivemos uma crise mundial de emprego e poucas decisões tem sido tomadas para reverter este quadro, pelo contrário hoje os estudantes que tornam-se profissionais de destaque no meio empresarial são aqueles que conseguem reduzir custos independente da forma como ocorre esta redução, e mais, são contratados para criar novas tecnologias, maquinários que reduzam cada vez mais a participação do homem na atividade produtiva.

De uma forma geral a economia nacional vem sendo lapidada pelos organismos internacionais, analisadas de uma forma mais crítica as políticas neoliberais adotadas pelo atual governo privilegiam grupos e entidades de interesses que agem diretamente na sociedade brasileira, com isso os ganhos e vantagens adquiridos no passado são aos poucos corroídos pelas políticas neoliberais. James Petras relaciona de forma clara e objetiva as conquistas obtidas na política liberal com o neoliberalismo que vem minando a sociedade agravada ainda mais pela globalização. Sobre esta relação James Petras (1998, p.16) diz o seguinte:

[...] o liberalismo e suas doutrinas de livre comércio combateram as restrições pré-capitalistas. O neoliberalismo luta contra o capitalismo sujeito às influências do sindicalismo (o chamado estado de bem-estar social). Não obstante ambos deferem as economias exportadoras, especializadas em produtos de suas “riquezas nacionais”, sob o liberalismo isso envolvia o desmantelamento das unidades agrícolas auto-suficientes (as haciendas ea agricultura comunitária dos

camponeses), enquanto que os neoliberais de hoje prejudicam a indústria nacional, pública e privada. No início, os liberais abriam mercados; agora os neoliberais mudam do mercado doméstico para o externo, minando as bases dos mercados locais para atender os consumidores internacionais. O liberalismo converteu camponeses em proletários; o neoliberalismo converte os trabalhadores assalariados em trabalhadores “informais”, “lumpens”, ou de trabalhadores autônomos. O liberalismo foi forçado pelo movimento a aceitar a legislação trabalhista, a previdência social e as empresas públicas; o neoliberalismo prejudica o movimento trabalhista, elimina a legislação social e representa um retorno à fase inicial do liberalismo, anterior à existência dos sindicatos e dos partidos de trabalhadores. O liberalismo estimulou o crescimento das cidades e dos complexos urbano – industriais; o neoliberalismo prejudica cidades, transformando-as em enormes favelas, dividindo-as entre os muito ricos e os muito pobres, com uma classe média que tende a desaparecer. O neoliberalismo desfaz a complexa sociedade urbano industrial, suas regras sociais, mercados domésticos e circuitos financeiros. Os efeitos sócio-econômicos do liberalismo sobre os operários foram dramáticos. O mesmo aconteceu com os camponeses e com a incipiente classe operária, quando das primeiras políticas liberais que introduziram a agricultura comercial e a fábrica não regulamentada.”

Ressalta-se ainda a exclusão dos países em desenvolvimento no que se refere às novas tecnologias de produção cabendo aos países em desenvolvimento, fornecer apenas mão-de-obra barata para ampliação dos mercados capitalistas. A imposição das políticas neoliberais justificam as reformas políticas e econômicas que aparentemente visam promover a liberdade da sociedade civil, mas que de fato, ampliam a liberdade dos grandes agentes econômicos internacionais, ao mesmo tempo em que restringem as liberdades públicas em sua amplitude, seja pelo desmonte das mediações estatais estabelecidas com esse fim, seja pela subtração de mediações materiais a uma grande parcela da sociedade que fica desempregada e marginalizada do processo produtivo e de consumo. Em ambos os casos a liberdade pública fica prejudicada em benefício da liberdade do grande capital.

Dentro deste contexto vale ainda citar o acentuado grau de dependência relacionado à tecnologia de ponta, em especial a tecnologia de informações, os países em desenvolvimento “queimam” vultuosas somas de capital para importar tecnologia que rapidamente tornam-se obsoletas. Todo este processo exige importações sucessivas de bens tangíveis e intangíveis mais avançados, mas que nunca atingem um grau de modernização de ponta frente aos países desenvolvidos. Sobre a dominação tecnológica dos países desenvolvidos Rui Mauro Marini (2000, p.282) ministra a seguinte opinião:

Uma análise mais detalhada nos mostra, no entanto, que os países desenvolvidos conservam dois trunfos na mão. Primeiro é sua imensa superioridade em matéria de pesquisa e desenvolvimento, que é o que torna possível a inovação técnica. Temos ali um verdadeiro monopólio tecnológico, que agrava a condição dependente dos demais países. O segundo é o controle que exercem na transferência de atividades industriais sobre os países mais atrasados, tanto por

sua capacidade tecnológica como de investimento, que atua de duas maneiras: uma, transferindo prioritariamente a estes últimos indústrias menos intensivas em conhecimento; outra, dispersando entre diferentes nações as etapas da produção de mercadorias, de maneira que impeça o surgimento de economias nacionalmente integradas.

Aliado ao contexto de dependência, o desemprego em massa aparece como resultado do processo de modernização dos setores produtivos que se realiza com a finalidade de ampliar os níveis de produtividade e competitividade das empresas nos mercados interno e externo. Além disso, aos poucos a mão-de-obra humana vem perdendo espaço frente a automação industrial, as fábricas estão substituindo operários por robôs, os bancos estão substituindo funcionários por caixas eletrônicos, os escritórios informatizados já possuem sistemas que executam tarefas repetitivas e demoradas, eliminando alguns funcionários.

Dentro do contexto econômico neoliberal adotado pelo país, o desemprego assume proporções grandiosas na sociedade brasileira, com isso as poucas vagas remanescentes no mercado de trabalho passam a ser disputadas por vários trabalhadores de diversas categorias e classe social.

O estágio nos dias atuais tornou-se um aliado do estudante para fugir dos crescentes índices de desemprego, o mesmo é contratado pelas empresas com a alcunha de fornecer qualificação para que o estudante a execução de funções que futuramente possam lhe auxiliar profissionalmente.

A qualificação profissional tornou-se imprescindível para a competição existente no mercado, neste sentido o estágio passa a ser um investimento no futuro do jovem estudante, pois além de fornecer o aprendizado em práticas reais de trabalho serve de instrumento de integração do estudante no mercado de trabalho.

Todo estudante regularmente matriculado e que frequenta escolas, colégios de ensino médio, cursos profissionalizantes, e cursos de nível superior possuem habilitação para conseguir um lugar para dar seqüência ao processo de aprendizado profissional.

A procura por um estágio emprego ou trabalho costuma ser uma decisão pessoal; na verdade o fator desemprego tem sido o ponto principal da busca por um local para estagiar, isso faz com que muitos estudantes procurem os estágios para suprir suas necessidades pessoais ao invés de buscar o aperfeiçoamento profissional que a função sugere. Para o contratante não importa se a pessoa foi induzida a procurar emprego ou se partiu de uma condição social adversa que não lhe permita manter um padrão de vida adequado com suas necessidades, o importante é que a contratação do estagiário lhe traz

um lucro adicional devido à redução nos encargos sociais, já que as Leis e decretos que regulamentam a atividade do estágio facultam ao empregador o pagamento de ganhos adicionais ao estagiário. Nos dias atuais o mercado exige uma busca constante do aprendizado e da qualificação profissional, mesmo que as condições do mercado de trabalho ao longo dos anos já tenham direcionado para o caminho do aperfeiçoamento e da qualificação, este fato está cada vez mais evidente no cenário econômico atual.

Existe hoje dentro da estrutura social uma quebra constante das relações sociais, ou seja, o individualismo e a necessidade cada vez maior de acumulação de riqueza acabam por tornar as pessoas submissas aos interesses privados que vem dominando a economia ao longo dos anos.

O estágio é hoje uma atividade presente nos diversos setores da sociedade, a oferta de vagas para realização de estágios é encontrada nos meios de comunicações e nos murais da própria universidade, além disso existe a procura do estudante por locais credenciados que fazem o elo de ligação entre empresas, escolas e universidades.

Existe em Florianópolis órgãos que fazem a ligação entre as universidades, entidades públicas e empresas, que solicitam estagiários para suprir a falta de trabalhadores no seu quadro funcional.

Na UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) encontram-se duas das mais importantes entidades de “auxílio”, que buscam inserir o estudante no mercado de trabalho, a Central de Estágios da UFSC, que tem como coordenador o professor Romeu Odílio Trauer, e também a FEPESE, que a exemplo da Central de Estágio da UFSC, tem a função de regular e dar condições ao estudante de estar incluso nos projetos de capacitação profissional.

Outro órgão que atua no município de Florianópolis é o CIEE (Centro de Integração Empresa Escola) que tem como intuito dar ao estudante condições de desenvolvimento profissional, interagindo o seu crescimento com as necessidades básicas da comunidade.

A função de um estagiário no ambiente de trabalho não se restringe apenas ao cumprimento da sua atividade, o estagiário hoje é tratado como um trabalhador regular que diferente dos trabalhadores regularmente registrados, não são geridos pelas leis trabalhistas. Devido a este motivo os estagiários vem executando funções que não condizem com a área de estudo.

A situação dos estágios é motivo de preocupação, em muitas empresas e órgãos contratantes o estagiário executa função diversa a sua área de estudo, e portanto deveria ser

amparado pela legislação cabível para a situação. A função de um estagiário deve ser compatível a sua área profissional, mas a realidade acerca dos estágios é trilhada por dois caminhos distintos, o primeiro e o mais correto é o estágio supervisionado e o estágio curricular que fornecem ao estudante condições de aprendizado e capacitação profissional, o segundo é o estágio sem orientação e supervisão, neste caso os estagiários ficam submetidos aos interesses do empregador, estes estágios em pouco ou em nada auxiliam o estudante no seu futuro profissional. Alguns atributos são determinantes para a contratação do estagiário, fatores como estética, aparência, cor, idade são determinantes para a contratação de um estagiário. A partir do momento em que se exige atributos que vão além das notas curriculares e da capacidade profissional do estudante, pode-se dizer que existe uma grande propensão ao desvio da função, ou seja, o estudante passará a exercer funções que em nada coincidem com a sua realidade estudantil, e para tanto deveriam Ter remuneração equivalente ao trabalho executado.

Em muitas empresas o estagiário executa funções de suma importância para o funcionamento do órgão, mas sua remuneração não condiz com a realidade, pois se valendo da legislação o contratante paga ao aluno uma bolsa-auxílio para que o mesmo supra suas necessidades diárias, com isso o estagiário passa a ser uma mão-de-obra qualificada e barata e que pode ser trocada a qualquer momento sem qualquer ressarcimento do empregador para com o empregado.

O estágio é hoje um grande negócio para as empresas, entidades públicas e federais, pois o mesmo supri a falta de funcionários. Em vários setores das empresas e repartições acumulam-se estagiários nas mais diversas funções, a desobrigatoriedade na quitação de encargos sociais é um dos principais atrativos para a contratação do estudante.

Os estudantes podem trabalhar de 4 à 8 horas diárias dependendo da necessidade do contratante. Mas se o estagiário trabalha 8 horas diárias, completando carga horária correspondente à 40 horas semanais, o mesmo teria que ser compensado de forma justa e legal, pois a carga horária do estudante é igual ao de um trabalhador legalmente registrado, e mais, o estagiário deveria Ter os direitos legais mantidos e iguais ao trabalhador regularmente registrado.

Em visita efetuada a DRTE/SC (Delegacia Regional do Trabalho e Emprego) órgão do Ministério do Trabalho responsável pela fiscalização das empresas e demais entidades públicas estaduais e federais, perceberam a presença de um grande número de estagiários executando as mais diferenciadas funções, desde operadores de máquinas de xerox até atendentes de balcão.

Em entrevista realizada na DRTE/SC com o Auditor Fiscal do Trabalho Celestino Gredilha de Araújo, pôde-se perceber que não existem critérios para a contratação dos estagiários sugere-se apenas que estejam matriculados em alguma escola de ensino médio, técnica ou universidade; questionado sobre a perda do valor profissional do estágio o Auditor forneceu o seguinte depoimento,

A realidade é que o estágio nada mais é que um serviço temporário, pois o estagiário supri a falta de funcionários, isso ocorre não só nas empresas mas também em órgãos públicos, e o serviço público é o maior empregador, em órgãos como a própria DRTE/SC (Delegacia Regional do Trabalho), existe uma defasagem de funcionários, sendo esta defasagem suprida pelos estagiários, o último concurso para recrutar funcionários foi feito em 1990.

Esta situação se fez presente em outras entidades públicas, em visita a JUCESC (Junta Comercial do Estado de Santa Catarina) verificou-se a presença de estagiários de nível superior, trabalhando em condições precárias no arquivo da entidade, cuja função é arquivar processos, estes processos na verdade são pastas de arquivo que são retiradas à medida que as empresas solicitam alterações em seus contratos de constituição, segundo informação do estudante existem pastas de empresas com mais de 100 anos de existências e que possuem uma grande quantidade de fungos e demais bactérias, além disso, o estagiário trabalha sem nenhuma proteção nas mãos, narinas e demais partes do corpo. O problema neste arquivo é agravado pela quantidade de bichos e insetos como ratos, mosquitos, baratas, aranhas, que vivem dentro das pastas e armários. Para a execução desta função o estudante advindo de curso técnico recebe meio salário mínimo, enquanto o estudante de nível superior tem remuneração equivalente a um salário mínimo. Questionado sobre o fato de trabalhar em condições precárias, o aluno que mora em Florianópolis para completar estudos e preferiu não se identificar forneceu o seguinte depoimento: “No momento não tenho outro emprego e preciso ajudar no complemento da minha renda familiar, meus pais ganham pouco e não tem condições de custear os meus estudos e minha estadia na cidade”.

A realidade acerca dos estágios reflete o atual descaso do governo para com a educação e emprego exemplo disso é o fato do estado ser um dos maiores contratantes de estudantes para executar as mais variadas funções, existe ainda um agravante que é o fato de que a efetivação na função por parte dos órgãos públicos dar-se-á apenas através de concursos públicos, ou seja, por mais que o aluno realize um bom trabalho não terá condições de prosseguimento.

O estágio possui grande semelhança com o emprego temporário, sendo que as garantias trabalhistas para um empregado executando em serviço temporário são diferentes das garantias oferecidas aos estagiários. Em muitos casos fica caracterizado um desvio completo dos objetivos pertinentes ao estágio, sendo que a comprovação deste fato torna-se praticamente inviável pelas autoridades fiscais competentes. Neste caso cabe ao estudante relatar a situação para que as providências cabíveis sejam tomadas, em contrapartida o mesmo fica melindrado de tomar qualquer decisão com receio das represálias que possam recair sobre a sua pessoa.

Para os fiscais da DRTE/SC (Delegacia Regional do Trabalho), existe muita dificuldade na comprovação das irregularidades referente à relação entre estágio e serviço temporário, principalmente porque o próprio estagiário se sente pressionado e omite informações que poderiam comprovar que o mesmo exerce função diversa a sua área de estudo, sendo assim a tentativa do Ministério do Trabalho em coibir o trabalho e a exploração do estagiário fica limitada.

A função do Ministério do Trabalho no que tange a fiscalização é autuar as empresas e órgãos públicos que descumprem as leis que regulamentam os estágios, mas como fazer cumprir a lei se o próprio DRTE/SC (Delegacia Regional do Trabalho e Emprego), é um dos órgãos que promove a contratação dos estagiários?. Além disso, existe a acomodação de todos os setores envolvidos nesta situação, pois o que a fiscalização faz hoje é auxiliar e informar as empresas e entidades públicas da importância do trabalho executado pelos estagiários, mostrando ao empregador a necessidade de o mesmo auxiliar o estudante em seu processo de qualificação profissional ao invés de apenas absorver mão – de - obra.

Segundo o CIEE (Centro de Integração Escola Empresa), foram ofertadas no município de Florianópolis de janeiro a maio de 2001 uma média de 400 vagas para estágio em todos os níveis de ensino, sendo que destas vagas 70%, foram destinadas a estudantes de nível superior, ou seja, 280 vagas foram destinadas a alunos do terceiro grau, segundo o órgão a fiscalização dos estágios é feita de forma rigorosa.

A fiscalização efetuada pelo CIEE (Centro de Integração Empresa Escola) é realizada por meio de visitas esporádicas aos locais credenciados afim de avaliar as condições em que são realizados os estágios. O representante da entidade aplica um questionário dirigido com questionamentos que variam desde as condições de trabalho até a relação da função com o curso realizado. Outra forma de avaliação é feita através de

correspondência encaminhada via correio para residência do estudante, que após responder as questões entrega diretamente na entidade.

Além da incapacidade dos funcionários designados para efetuar a fiscalização, os resultados do questionário em nada alteram a situação dos estagiários. Existe uma dificuldade de se obter dados concretos a respeito dos estágios devido a necessidade do estudante em estar ocupado, a realidade é que muitos estudantes se submetem às condições de trabalho precárias para poder complementar a renda familiar, sendo assim o trabalho de fiscalização acaba se tornando ineficaz e não produz uma avaliação concreta da situação dos estágios.

Dentro desta política de supervisionar e ofertar os estágios, o CIEE (Centro de Integração Escola Empresa), opta por igualar o estágio ao emprego formal, já que ao aceitar somente estudantes acima de 16 anos não respeitando o seu grau de instrução, o estudante passa a ter como pré-requisito de contratação a mesma legislação aplicada ao jovem que inicia a carreira profissional.

Para que se entenda a situação colocada no parágrafo acima, partimos da legislação que trata da atividade de estágio, pois a mesma não exige idade mínima para execução do trabalho, solicita apenas que o aluno esteja matriculado e apto para realizar as atividades que venham a complementar seu processo de aprendizado, dando condições para que o aluno possa participar de situações reais de trabalho.

Com a condição imposta pelo CIEE (Centro de Integração Empresa Escola), sua função acaba diminuída, pois a partir do momento em que as regras para a contratação do estagiário são aplicadas da mesma forma da legislação de um trabalhador legalmente registrado, ele acaba fazendo do estagiário um trabalhador executando uma função normal que mais se equívale ao serviço temporário, não cabendo ao estudante ser amparado pela Lei do estágio mais sim pela Lei 6019, de 3 de janeiro de 1974, que deixa claro em seu artigo segundo o significado de sua aplicação. “Art. 2.º Trabalho temporário é aquele prestado por pessoa física a uma empresa, para atender à necessidade transitória de substituição de seu pessoal regular e permanente ou acréscimo extraordinário de serviços”(CLT, Lei, 6019/74).

O Banco do Brasil é um dos órgãos estatais que também utilizam em grande escala o serviço realizado por estagiários, em seu centro de processamento serviço e comunicação (CESEC), que hoje recebe o nome de GERIE (Gerência Regional de Infra-estrutura) absorve desde estudantes de nível secundário até universitários dos mais variados cursos.

Em visita GERIE percebe-se a quantidade de jovens que se dividem em vários turnos de cinco horas com rotatividade de 24 horas. Em muitos casos os estudantes trabalham em áreas que não tem nenhuma relação com o seu ambiente estudantil, verificou-se a presença de estudantes de economia, contabilidade, administração além de estudantes de nível secundário trabalhando em funções que variam desde a expedição até o recebimento de malotes e cargas. Outro fato que chamou a atenção foi a relação entre o número de estagiários e o número de funcionários efetivos, em alguns setores a relação é de 10 estagiários para 3 efetivos.

Os estagiários abordados na visita informaram que o grande atrativo dos estágios é a possibilidade de conciliar uma atividade que o remunera com outras atividades diárias como escola e família, independente do retorno que o estágio possa lhe proporcionar, além disso para os mesmo o importante é estar em empregado mesmo que para isso o estudante tenha que se submeter às condições impostas pelo contratante.

Nota-se claramente que a grande preocupação dos estudantes é manter-se ocupado, com uma atividade trabalhista que lhe renda remuneração fixa ao fim de cada mês, independente da forma como este salário é obtido.

Na verdade o grande questionamento desta situação, não é somente o ganho salarial do estudante, mas sim o quanto ganha a empresa ao contratar um estudante para realizar as funções designadas, em termos contábeis o ganho é notório já que o empregador fica desobrigado dos compromissos trabalhistas e os devidos encargos. Com a contratação do estudante o empregador tem ao seu lado um profissional que irá executar suas funções em um prazo mínimo de 12 meses podendo estender-se para 24 meses, sendo que o trabalhador não terá direito a férias, décimo terceiro salário e demais obrigações trabalhistas como rescisão contratual e aviso prévio.

A Central de Estágios da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), através do seu coordenador o Professor Romeu Odílio Trauer, afirma que existe uma dificuldade de controle da realidade do estagiário no mercado de trabalho, tem-se hoje por parte da Central de Estágios, uma estimativa de 1.400 alunos da UFSC realizando estágio no município de Florianópolis, não tendo a Central de Estágios controle sobre tais atividades, cabendo as coordenadorias de curso o trabalho de fiscalizar e supervisionar as atividades realizadas pelos estagiários da UFSC. O estágio supervisionado, ou seja, aquele em que a entidade mantém um representante em constante contato com o estudante, é o que melhor identifica os problemas na execução do estágio, pois existe a necessidade de relatórios periódicos por parte do supervisor na empresa e do aluno envolvido no trabalho, é certo

que estes relatórios não evitam a exploração do estagiário, mais fornecem ao estudante a condição de buscar empresas que lhe auxiliem no seu processo de capacitação.

É certo que hoje muitas pessoas vêem o estágio como emprego, alunos de 1º fase de cursos técnicos e superiores que não possuem embasamento teórico e prático, procuram as agências credenciadas em busca de um estágio remunerado.

Muitos estudantes, coordenadores, funcionários de entidades contratantes, acreditam que o estágio possa ser exercido em qualquer período do curso, e que qualquer experiência no mercado de trabalho é válida para o futuro profissional do aluno, se pensarmos desta forma incorremos num grande erro, pois se o estagiário está sendo tratado como empregado normal inclusive em funções que não estão relacionadas com a sua área estudantil, porque não o enquadrar nas legislações referentes aos trabalhadores legalmente registrados.

A obtenção de informações acerca dos estágios, são mantidas em absoluto sigilo pelos órgãos que cadastram e ofertam estágios, não podendo ser liberadas sem prévia aprovação do responsável pela entidade, este fato se deve a concorrência efetuada pelos estabelecimentos com o intuito de trazer para si o maior número de alunos e empresas cadastradas. Na Internet encontram-se diversos sites direcionado ao estudante com ofertas de empregos, em visita aleatória a um dos sites pode-se verificar a cobrança de mensalidade para manter o estudante cadastrado, fornecendo inclusive a opção de parcelamento. O valor do cadastramento semestral tem taxa única fixada em R\$ 23,00 sendo pagamento efetuado da seguinte da forma: “Boleto bancário, Débito em conta corrente, Cartão de Crédito, Depósito Bancário. O que mais chama a atenção no depósito bancário é o nome da empresa (Mix Cultura e Entretenimento Ltda) que não sugere (através do nome) relação com estágios ou recursos humanos”.

Alguns cursos da UFSC já sentem a necessidade de reestruturação das suas atividades relacionadas ao estágio. O curso de ciências econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, através do seu então coordenador de estágios, o professor João Serafin Tusi da Silveira, elaborou um projeto que tem como intuito dar ao estudante de Economia condições de exercer sua função nas empresas e entidades públicas tendo respaldo e também acompanhamento da coordenadoria, fazendo com que o estágio não seja apenas um serviço, mas sirva de orientação profissional e intelectual ao aluno.

Mesmo que as garantias para a execução e implantação do projeto sejam duvidosas já que o quadro de professores é reduzido para efetuar a supervisão dos estágios, a proposta de validar o estágio como disciplina optativa pode servir de incentivo aos

acadêmicos do curso, além disso, com a necessidade de relatórios e uma supervisão atuante poderá fazer com que haja redução da exploração de atividades realizadas por estagiários.

Esta proposta de alteração no regulamento do estágio do curso de economia traz benefícios ao estudante, pois além da supervisão do trabalho efetuado, a validação como disciplina optativa tornará o estágio mais útil fazendo com que o estudante encontre no ambiente de trabalho, o aprendizado necessário para o crescimento profissional que irá lhe proporcionar condições de disputar uma vaga no concorrido mercado de trabalho.

Segue abaixo as principais mudanças propostas pelo novo regulamento:

Art. 30 - considera-se estágio curricular, para efeito deste regulamento, as atividades de aprendizagem profissional proporcionadas ao estudante pela vivência e prática de situações reais no campo de suas formação, realizada na comunidade através de pessoas jurídicas de direito público ou privado.
Parágrafo único – o estágio curricular é uma atividade não obrigatória e não desobriga o aluno apresentar no final do curso de graduação em Ciências Econômicas a monografia para a conclusão do curso.

Segue a nova redação constante no Art. 30

Art. 30 - considera-se estágio, para efeitos deste regulamento, as atividades que proporcionam ao aluno aprendizagem profissional através da sua participação em atividades de trabalho em seu meio, vinculados à sua área de formação acadêmica.

Sobre a validação do estágio como disciplina optativa percebe-se as seguintes alterações a começar pelo atual artigo:

Art. 32 - A validação desta disciplina e os créditos correspondentes, será feita com base nos seguintes procedimentos:

- a) O aluno interessado deve apresentar projeto de estágio supervisionado, referente á atividade a ser desempenhada junto a empresa ou organização conveniada com a UFSC, devidamente assinado pelo orientados;
- b) O projeto de estágio supervisionado pode ser submetido à CEM em qualquer período do semestre letivo;
- c) A carga horária mínima prevista é de 60 horas, as quais não devem exceder o período de 6 meses;
- d) A apreciação do projeto de estágio supervisionado pela CEM considerará fundamentalmente a vinculação da proposta de desenvolvimento das atividades no projeto conteúdos das disciplinas do curso, divulgando até 30 dias após a sua entrega a sua aceitação;
- e) A avaliação final do aluno será feita pelo professor orientador, o qual assinará o relatório de atividades apresentado pelo aluno CEM;
- f) A CEM divulgará até 30 dias após a entrega do relatório final, o resultado obtido pelo aluno.

Segundo a nova proposta o art. 32 passa a Ter a seguinte redação:

Art. 32 - A realização do estágio com a finalidade de indenização curricular deve cumprir os seguintes procedimentos:

- a) O aluno interessado elabora o programa de atividades de estágio (PAE) a ser desenvolvido em campo de estágio conveniado com a UFSC (instituição de direito público e privado, a comunidade em geral e a própria universidade). O PAE deve ser elaborado em formulário específico da Coordenadoria Geral de Estágio (CG/PREG);
- b) O PAE, devidamente aprovado pelo professor- supervisor, pode ser submetido a CEM juntamente com o termo de compromisso para a realização de estágio (TCE), ou em qualquer outra época, desde que sua realização implique em carga horária mínima de 60 horas;
- c) Após a realização do estágio o aluno apresenta ao professor – supervisor o relatório final de estágio (RFE);
- d) O RFE, uma vez apreciado pelo professor – supervisor, é encaminhado à CEM que, no caso de aprovação do mesmo, encaminha à secretária do departamento a correspondente solicitação para contagem de carga horária optativa de 60 horas – aula, para efeito de integralização curricular.

O Art. 35 trata da responsabilidade do professor supervisor e do estagiário, segue abaixo o atual conteúdo do art. 35 e a nova proposta de alteração:

É de responsabilidade individual de cada professor, na posição de supervisor da atividade de estágio curricular, em sua área específica de atuação:

- a) a orientação do estágio segundo os conteúdos programáticos do curso;
- b) a definição, em conjunto com o aluno, do plano de trabalho;
- c) o acompanhamento e avaliação do estágio curricular nos seus aspectos pedagógicos.

Com a nova proposta art. 35 passa a ter a seguinte redação:

Art. 34 - É da responsabilidade individual de cada professor, na posição de supervisor da atividade de estágio:

- a) definir, em conjunto com o aluno e o orientador local, o programa de atividades de estágio;
- b) acompanhar e avaliar o estágio.

O Art. 37 no que se refere a responsabilidade do estagiário, contém a seguinte redação.

Art. 37 - Compete ao estagiário:

- a) aceitar as normas deste regulamento;
- b) escolher, seu campo de estágio, dentre aqueles credenciados e sugeridos pela coordenadoria de Estágio e Monografias, com o auxílio do professor – supervisor;
- c) assinar e cumprir os termos do termo de compromisso;
- d) elaborar e cumprir o plano de estágio, aprovado pelo professor – supervisor;
- e) aceitar e respeitar as normas do campo de estágio onde estiver atuando;
- f) elaborar o relatório final de avaliação no final do estágio.

Segundo a nova proposta o Art. 37 passou a ter a seguinte redação:

Art. 36 - Compete ao estagiário:

- a) Aceitar as normas deste regulamento;
- b) Escolher seu campo de estágio;
- c) Assinar e cumprir os termos do termo de compromisso;
- d) Elaborar e cumprir o programa de atividades de estágio, aprovado pelo professor supervisor;
- e) Aceitar e respeitar as normas do campo de estágio onde estiver atuando;
- f) Elaborar o relatório final de estágio.

De um modo geral os estágios perderam o que tinham de mais importante, dar ao aluno condições de capacitação profissional e intelectual, são poucos os cursos que solicitam aos alunos relatórios e ainda efetuam fiscalização nas empresas e entidades públicas a fim de saber se as regulamentações acerca do estágio estão sendo cumpridas. A realidade que se faz presente é que muitos dos cursos se querem tem controle do número de estudantes cadastrados, além disso, não possuem qualquer método de fiscalização na atividade de estágio. Ao analisar a situação em que se encontra a atividade realizada pelos estagiários, percebe-se que os estágios não curriculares viraram emprego temporário.

Para conseguir fazer com que a atividade executada pelo estagiário possa ter cunho realmente educacional, não só empresas mas todas as pessoas envolvidas neste processo deveriam fazer cumprir a legislação vigente que trata o estágio como prática de situações reais de trabalho, fornecendo ao estudante condições suficientes para que o mesmo possa adentrar ao mercado de trabalho.

A realidade acerca do estágio nos dá a certeza que o estágio hoje nada mais é do que estudantes realizando funções que não condizem com o aprendizado realizado em seu curso; além de receberem baixas remunerações os estagiários se vêem obrigados a procurar uma ocupação no mercado devido a escassez de empregos regularmente registrados, sujeitando-se assim a execução de qualquer função que possa lhe garantir uma renda mensal.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil desde o início da década de 90 vem tentando se adequar a nova realidade mundial. A globalização como é chamado este processo vem se expandindo em proporções gigantescas fazendo aumentar cada vez mais o poder dominante dos países desenvolvidos. No mundo globalizado, a competição e a competitividade entre as empresas tornaram-se questões de sobrevivência, entretanto, como o poder das empresas (quanto ao domínio de tecnologias, de capital financeiro, de mercados etc.) é desigual, surgem relações desiguais entre elas e o mercado. Muitos setores da economia estão oligopolizados e até mesmo monopolizados, dificultando a entrada de novas empresas. Vários setores da atividade econômica já possuem "dono" e dificilmente permitiram a entrada de novos competidores. A globalização da economia beneficia, assim, amplamente o grande capital, as grandes corporações transnacionais.

A globalização juntamente com as políticas neoliberais tem causado desemprego em certos países, desafiando o poder tradicional dos governos e passando para as pessoas a sensação de que o mundo se transformou num ambiente selvagem, do dia para a noite.

Diferente do liberalismo clássico que buscava a abertura dos mercados, privatização de empresas estatais e o crescimento das relações comerciais internacionais afastando o estado das relações com os diversos setores da economia, diferencia-se da onda neoliberal no que tange em especial a circulação internacional de bens e capital. No neoliberalismo existe uma preocupação constante com a formação de blocos econômicos que sob a justificativa de maior facilidade na circulação da produção, criam verdadeiras fortalezas protecionistas em torno das economias mais fortes. Esta visão pode ser melhor ilustrada tomando como base o comentário de James Petras (1998, p.16), que diz o seguinte:

O ressurgimento do "neoliberalismo" ocorre como resultado da crise da nacional - populismo e da derrota do socialismo. Mais especificamente, o neoliberalismo é, ao mesmo tempo, semelhante e diferente do liberalismo. É semelhante na medida em que defende a idéia de que o mercado, e não o estado, deveria ser o único alocador de salários e capital. Defende a desregulamentação total, a derrubada de barreiras comerciais, a livre circulação de bens, de trabalho, e de capital. Ambas as doutrinas posicionam-se contra as regulamentações (trabalhistas, ambientais, etc.), e a favor da "auto-regulamentação" do mercado. [...] o melhor governo é o que governa menos" é o slogan que expressa esse princípio, conseqüentemente, no nível da doutrina, o neoliberalismo e o liberalismo têm muito em comum. Contudo, em termos do contexto em que surgem, são bem diferentes.

Essa nova ordem mundial fez da abertura tarifária e, por conseguinte a globalização o carro chefe deste processo, favorecendo os países que concentram maior poder econômico e diminuindo a autonomia política e decisória dos Estados, que, adotando uma inserção subordinada à lógica da "Nova Ordem Mundial" passam a reduzir impostos de importação, atacar conquistas sociais e sindicais e submeter suas políticas e legislações aos interesses dos países desenvolvidos.

O desemprego é uma das conseqüências da nova onda neoliberal que toma conta do mundo moderno. O fato é que em geral ninguém se dá conta que se trata de um problema social que não resulta exclusiva nem prioritariamente da incapacidade ou de erros individuais, mas sobretudo das mudanças econômicas sociais e tecnológicas ocorridas na sociedade nos últimos anos. Uma das soluções para o problema pelo qual vem passando o Brasil consiste na adoção de medidas que tenham como prioridade a geração de empregos, com garantia de saúde, educação, habitação e alimentação para a população, além disso a solução para o problema do desemprego consiste na adoção por parte do governo de medidas como a reforma agrária, a reforma tributária e uma reforma social para combater problemas crônicos como a má distribuição de renda.

O mundo hoje cresce baseado principalmente nos setores siderúrgico, petroquímico, energético e de telecomunicações. Exatamente os setores que vêm sendo privatizados e entregue a batuta do capital internacional pelo governo neoliberal vigente no Brasil, que prioriza este tipo de insanidade à questões emergenciais como o desemprego e a miséria.

Dentro do contexto no qual a economia brasileira está inserida, a educação que deveria ser um fator de correção acaba sendo um fator que só agrava o problema, pois o baixo investimento nas escolas públicas e Universidades vem fazendo da educação um grande negócio, conforme analisado neste trabalho. Somente na região da grande Florianópolis – compreende os municípios de Palhoça, Biguaçu e São José – foram abertas desde 1990 até meados de 2002, 14 entidades de ensino superior particulares. Em contrapartida, os investimentos na educação públicos vêm sendo alvo de contestação, pois os acordos realizados com os países desenvolvidos e também com os organismos de política internacional, em especial o Fundo Monetário Internacional, vêm limitando o poder do estado na economia, influenciando diretamente no investimento público.

Mesmo com a proposta da sociedade brasileira para a nova lei de diretrizes e bases para educação brasileira, nota-se que muito pouca coisa tem sido feita para corrigir

os índices de analfabetismo e escolaridade. Além disso, a falta de uma política educacional consistente e a crise econômica brasileira vem fazendo com que muitos estudantes troquem as escolas por postos de trabalhos sem chegar ao fim do ensino fundamental.

A escassez do emprego e de vagas no mercado de trabalho, tem feito com que muitos estudantes procurem os estágios como forma de fugir do desemprego não se atendo ao seu real valor. O estágio nos dias atuais virou uma atividade rentável para as entidades contratantes e principalmente para as empresas e o Estado, que se utilizam desta mão-de-obra para suprir a falta de funcionários.

O certo é que o estágio não regulamentado deixou de ser uma atividade estudantil e tornou-se uma atividade econômica onde todos ganham, menos o estudante. Pelo lado financeiro e social, o estágio é uma forma encontrada pelo estudante para manter-se ocupado em uma atividade remunerada, mas o fato é que o problema vai além do que é proposto para a atividade de estágio, pois os maiores beneficiados com a contratação do estagiário são os órgãos contratantes, no caso do Estado o mesmo livra-se dos concursos públicos e da posterior manutenção da carreira de um concursado, e para as empresas torna-se um grande negócio, pois se trabalha com jovens que lhe trarão bons rendimentos profissionais além de isentar o empregador de obrigações trabalhistas como 13º salário, férias, rescisão contratual, FGTS e demais obrigações trabalhistas que seriam necessárias para um trabalhador devidamente registrado.

O estágio não obrigatório nada mais é do que emprego temporário e para tanto deveria ser regido pela referida Lei, pois a partir do momento em que o estudante realiza função diversa da sua realidade estudantil ele deveria ficar sujeito à legislação referente ao serviço temporário, e não apenas submetido ao empregador e regulamento do estágio.

Com a insuficiente fiscalização dos órgãos competentes, a atividade de estágio vem se multiplicando na região da grande Florianópolis. Somente nos seis primeiros meses de 2002, o CIEE (Centro de Integração Empresa Escola) que promove a colocação do estudante nas empresas contratantes, ofertou em um dos jornais de circulação estadual – Diário Catarinense - cerca de 560 vagas de estágio remunerado para os mais variados cursos superiores, técnicos e de ensino médio.

Desta forma é certo que existe a necessidade de uma fiscalização efetiva e uma postura eficaz das entidades estudantis. Mesmo que haja a necessidade do estudante estar empregado, é necessário que o real valor do estágio seja mantido, ou seja, que o mesmo sirva de sustentação e aprendizado profissional para o estudante em práticas reais de

trabalho, e não apenas um emprego temporário como muitas vezes vem acontecendo nos dias atuais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO MUNDIAL: **la enseñanza superior**. las lecciones derivadas de la experiencia. 1995, p. 227

BRASIL, Consolidações das Leis Trabalhistas: Decreto Lei 6.494, de 7 de dezembro de 1977, Dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de ensino profissionalizante do 2º grau supletivo e dá outras providências, regulamentada pelo decreto 87.497/82.

_____. **Ministério da Educação e Cultura**, Plano Nacional de Educação.

_____. Leis 6.019 de 3 de janeiro de 1974, Dispõe sobre trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências, regulamentada pelo decreto 73.841/74 e enunciado 331 do TST.

Centro de integração empresa escola: O primeiro estágio da evolução profissional, **Revista CIEE**. São Paulo: CIEE, 1996.

CLASSIFICADOS. **Diário Catarinense**. jan./jun.2002. Caderno.

COUTINHO, L., FERRAZ, J. C. (Coord.). Estudo da competitividade da indústria brasileira – ECIB. Campinas: Papyrus/Ed. Da UNICAMP, 1993

CHOMSKY, Noam; HEINZ Dietrich. **A sociedade global, educação, mercado e Democracia**. Blumenau: FURB, 1999, p. 260.

Encarte da gazeta mercantil. **Revista Fórum de Líderes**. nº 4, São Paulo: Parceria na educação, 2000.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro no mercado de classes**. v. 1, São Paulo: Ática, 1978.

HOBSBAWN, Eric. **A era do extremos**, São Paulo, 2 Ed. Cia das Letras, 2000.

LOVY, Michael. **Método Dialético e Teoria Política**. 4. ed. Paz e Terra, 1975.

MARINI, Rui Mauro. Dialética da dependência. **Processo e tendências da globalização capitalista**, São Paulo, 2. Ed. Vozes, 2000, p. 280

NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães. **Ajuda externa para a educação brasileira**: da Usaid ao Banco Mundial. Cascavel: EDUNOESC, 1999, p.170.

OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. **A política econômica da recessão**: A economia brasileira em preto e branco. Campinas: UNICAMP, 1991.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, Proposta da sociedade brasileira, Consolidação na Plenária de encerramento do II CONED, II Congresso Nacional de Educação, Minas Gerais, 1997.

PETRAS, F. James. O Fio da Navalha. **Fundamentos do Neoliberalismo**. 2. ed. São Paulo: Xamã vm, 1998, p. 275

REVISTA NÚCLEO TEMÁTICO DE TRABALHO, RAÇA E DESIGUALDADES, TRABALHO RAÇA E DESIGUALDADES. Ed. Rocha.

TRAUER, Romeu Odílio. **Técnicas de procura de estágio ou emprego, registro na biblioteca nacional**. nº 172.271, livro 289, folha 417.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Regulamento Interno Sobre Monografias e Estágio Supervisionado. **Proposta de alteração do título III referente aos estágios, Relatório final da comissão instituída pela portaria 003/CNM/01, 2001-08-21**.